



**CICLOS  
HISTÓRICOS:  
LONGAS ONDAS E  
TENDÊNCIAS  
DEMOGRÁFICAS**

**FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA**



## **Ciclos Históricos: Longas Ondas e Tendências Demográficas**

*Historical Cycles: Long Waves and Demographic Trends*

Fernando Nogueira da Costa

Professor-Titular

Instituto de Economia

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

13083-970 – Campinas – SP - Brasil

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

<http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>

E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br)

**Resumo:** A história (e não a narrativa histórica), assim como a economia (atividade econômica), é imprevisível e complexa demais para ser explicada por leis simples ou padrões previsíveis. Por isso, são contestadas as interpretações das leis de movimento, propostas por grandes pensadores da História e da Economia. Sugere-se a adoção da Teoria do Caos: afastamos das condições iniciais, na *linha de partida*, mas não sabemos com certeza qual será nossa *linha de chegada*. Este artigo-resenha resume, esquematicamente, as recentes interpretações de cientistas sociais (economistas inclusos) sobre os ciclos históricos. Quais seriam as longas ondas ou as tendências demográficas, surgidas no passado (distante e recente) e esperadas no futuro?

**Palavras-chave:** Metodologia Econômica e Histórica – Historiografia – Métodos.

**Abstract:** *History (and not the historical narrative), like the economy (economic activity), is too unpredictable and complex to be explained by simple laws or predictable patterns. Therefore, the interpretations of the laws of motion, proposed by great thinkers of History and Economics, are contested. The adoption of Chaos Theory is suggested: we move away from the initial conditions, at the starting line, but we do not know for sure what our finish line will be. This Discussion Paper summarizes, schematically, recent interpretations by social scientists (including economists) of historical cycles. What would be the long waves or demographic trends, arising in the past (distant and recent) and expected in the future?*

**Keywords:** *Economic and Historical Methodology - Historiography - Methods*

**Classificação JEL / JEL Classification:** B41 - Economic Methodology – N - Economic History – N01 - Development of the Discipline: Historiographical; Sources and Methods.

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	4
<i>Sapiens: Uma Breve História da Humanidade</i> .....	8
<i>A Jornada da Humanidade</i> .....	14
<i>Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas</i> .....	22
<i>Colapso</i> .....	26
<i>A Sexta Extinção: Uma História Não Natural</i> .....	28
<i>Uma História Comestível da Humanidade</i> .....	30
<i>História da Cidadania</i> .....	32
<i>O Processo Civilizador: Costumes, Formação do Estado e Civilização</i> .....	37
<i>A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno</i> .....	41
<i>Os Anjos Bons da Nossa Natureza</i> .....	45
<i>Civilização e Inovação</i> .....	51
<i>O Artífice</i> .....	67
<i>A Grande Transformação: As Origens de Nossa Era</i> .....	69
<i>Porque as Nações fracassam: as Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza</i> ...	74
<i>Civilização: Ocidente X Oriente</i> .....	83
<i>Teoria dos Ciclos de Civilização</i> .....	84
<i>A Grande Reversão Demográfica: Sociedades Envelhecidas, Desigualdade em Declínio e um Renascimento da Inflação</i> .....	88
<i>História de O Banqueiro Comunista</i> .....	96
<i>Bibliografia</i> .....	110
<i>Obras Digitais do Autor para Download</i> .....	112

## Introdução

Um mapa sempre dirige a realidade tentada ser mostrada. Em vez de copiar o mundo, os mapas desenvolvem sinais convencionais aceitos como substitutos daquilo impossível de verdadeiramente se mostrar.

O único mapa capaz de representar completamente o território descrito seria na escala redundante de 1:1. Mas, alerta Brotton (2014), “um mapa jamais pode equivaler ao território pretendido representar”.

A escolha da escala, um método proporcional de determinar uma relação consistente entre o tamanho do mapa e o espaço representado, está intimamente relacionada com o problema da abstração. Escritores fantasiosos exploraram esse veio imaginativo.

Um personagem de Lewis Carrol se vangloria: “fizemos efetivamente um mapa do país, em uma escala de um km para um km!”. Quando perguntado se o mapa tem sido muito usado, admite: “infelizmente, ele nunca foi aberto, porque os fazendeiros se opuseram, pois ele cobriria todo o país e apagaria a luz do sol...”.

O realismo fantástico foi levado adiante por Jorge Luís Borges, em seu conto de um parágrafo *Do Rigor na Ciência* (1946). Borges descreve um império mítico, onde *a arte da cartografia* atingiu tal grau de perfeição a ponto de “os Colégios de Cartógrafos terem elaborado um Mapa do Império com o exato tamanho do Império, ou seja, coincidindo pontualmente com ele. Menos afeitas ao estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam esse dilatado mapa ser inútil – e sem piedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos, ainda perduram despedaçadas ruínas do mapa. Em todo o país, não há outra relíquia dessa Disciplina Geográfica”.

Borges compreendeu tanto o dilema temporal como a arrogância desmedida potencial do cartógrafo. Na tentativa de produzir um mapa abrangente de seu mundo, deve ocorrer um processo de redução e seleção.

Mas se seu mapa de escala 1:1 é um sonho impossível, qual escala um cartógrafo deve escolher para garantir seu mapa mundial

não ter o destino descrito? Nenhuma escala escolhida foi universalmente aceita como definitiva.

Outro problema é o da *perspectiva*. Em qual lugar o cartógrafo se situa antes de começar a mapear o mundo? A resposta depende invariavelmente da visão do mundo predominante no cartógrafo.

Saltemos de *o espaço* para a outra dimensão da Física: *o tempo*. Tempo é *a duração de fatos*. É a maneira como contabilizamos os momentos, seja em horas, dias, semanas, séculos etc.

No cotidiano, o uso dessa palavra é basicamente empregado para determinar *a duração dos acontecimentos*. Entretanto, o tempo também é uma grandeza física.

Ele é uma dimensão do universo onde vivemos. Na Física clássica, o universo seria composto por três dimensões, mas a Física moderna mostra o universo com quatro dimensões: três dimensões (altura, comprimento e largura) são para *a localização no espaço* e a quarta dimensão é *a seta do tempo irreversível*.

Por isso, nela, o espaço e o tempo não são completamente diferentes. A Teoria da Relatividade criou *a denominação espaço-tempo* para demonstrar como são indissociáveis.

Entretanto, *a passagem do tempo é percebida pelos humanos de forma subjetiva*. Enquanto se tem a impressão de um ano carregado de acontecimentos ter passado rapidamente, um curto período em algum lugar monótono parece ser uma eternidade.

Apesar dessa sensação relativa da passagem do tempo ser causada por fatores psicológicos, fisicamente, o tempo também é considerado relativo. Ele varia conforme a velocidade e a gravidade de quem observa determinado fenômeno.

Há um fenômeno chamado de *dilatação temporal*. A passagem do tempo seria a mesma para as duas pessoas – uma em alta velocidade em um ambiente de muita gravidade, outra parada em um lugar com menos gravidade –, mas quando comparados, a sensação de diferença de tempo seria visível.

*Analogia* é uma relação de semelhança estabelecida entre duas ou mais entidades distintas. A etimologia da palavra grega tem o significado de “proporção”. Na Filosofia, a *analogia* é uma forma de averiguar o *porquê da semelhança entre objetos e/ou ideias*.

Uma analogia comum entre Física e Economia é a utilização de modelos matemáticos para descrever e prever *comportamentos de sistemas complexos*. Esta abstração é realista? Por definição, não...

Assim como a Física utiliza equações matemáticas para descrever o movimento de objetos e prever fenômenos físicos, a Economia utiliza modelos matemáticos para descrever a interação de agentes econômicos (como indivíduos, empresas e governos) e prever comportamentos macroeconômicos. Busca um *status científico* de exatidão como a demais ciências matematizadas...

Mas, tanto em uma, quanto na outra, sempre é necessário simplificar a realidade para a *mapear*, ou seja, tornar os modelos matemáticos mais aplicáveis. Daí surge o questionamento sobre *as limitações dos modelos na descrição da realidade*.

Mais grave para os economistas: a Física lida com *fenômenos naturais*, enquanto a Economia lida com *fenômenos sociais*. Logo, existem diferenças significativas nas abordagens e técnicas utilizadas em cada área disciplinar.

Evidentemente, a Economia se inspirou na Física newtoniana. Por exemplo, a Lei de Mercado é tratada como fosse a Lei da Gravidade, onde o equilíbrio fundamentado se encontra como o centro gravitacional do preço justo.

Outro exemplo é a 1ª Lei de Newton (*Princípio da Inércia*): “todo corpo persiste em seu estado de repouso ou em movimento retilíneo uniforme, exceto caso seja forçado a modificar esse estado pela ação de forças impressas sobre ele”. O comportamento de manada segue uma tendência inercial de alta ou baixa e provoca a “profecia autorrealizável”.

Existem Leis de Movimento da História? Existem padrões na História? É possível extrapolar tendência de longo prazo para o futuro?

O ChatGPT responde: “a ideia de existirem Leis de Movimento na História, assim como existem na Física, proposta por alguns filósofos e pensadores, se refere à história seguir um padrão previsível de desenvolvimento, assim como a Física segue leis previsíveis de movimento.

Karl Marx propôs a história humana seguir um padrão de luta de classes, onde as forças produtivas, isto é, as ferramentas e técnicas usadas para produzir bens e serviços, em conjunto com relações de produção, determinam a estrutura da sociedade e a distribuição de poder. Segundo Marx, as forças produtivas eventualmente superariam as relações sociais de produção existentes, induzindo a uma revolução capaz de dar origem a uma nova estrutura social mais justa.

Antes desse materialismo histórico, o filósofo alemão Hegel o influenciou ao argumentar a história se desenvolver através de um *processo dialético*. A tese é confrontada pela antítese, levando a uma síntese superior.”

Hoje, esse *método dialético* não é universalmente aceito, pois muitos historiadores e cientistas sociais argumentam *a história* (e não a narrativa), assim como *a economia* (atividade), ser imprevisível e complexa demais para ser explicada por leis simples ou padrões previsíveis. Por isso, são contestadas as interpretações das leis de movimento propostas por diferentes pensadores e se sugere a adoção da Teoria do Caos: afastamos das condições iniciais, dadas na linha de partida, mas não saberemos jamais qual será nossa linha de chegada.

Este livro-resenha resumirá, esquematicamente, as recentes interpretações de cientistas sociais (economistas inclusos) sobre os *ciclos históricos*. Quais seriam as longas ondas ou as tendências em longo prazo, surgidas no passado (distante e recente) e esperadas no futuro?

## Sapiens: Uma Breve História da Humanidade

O livro de Yuval Noah Harari com o título acima é um best-seller mundial. Lançado no Brasil em 2015 pela editora L&PM, o livro é interessante para iniciar nossa reflexão sobre Economia Evolucionária. A obra é interdisciplinar, embora o autor possa ser designado como um biólogo evolucionista.

Ele faz a recapitulação de uma possível periodização da história do Planeta Terra e da Humanidade. “Há cerca de 13,5 bilhões de anos, a matéria, a energia, o tempo e o espaço surgiram naquilo que é conhecido como o *Big Bang*. A história dessas características fundamentais do nosso universo é denominada *Física*.

Por volta de 300 mil anos após seu surgimento, a matéria e a energia começaram a se aglutinar em estruturas complexas, chamadas *átomos*. Eles então se combinaram em *moléculas*. A história dos átomos, das moléculas e de suas interações é denominada *Química*.

Há cerca de 3,8 bilhões de anos, em um planeta chamado Terra, certas moléculas se combinaram para formar estruturas particularmente grandes e complexas chamadas organismos. A história dos organismos é denominada *Biologia*.

Há cerca de 70 mil anos, os organismos pertencentes à espécie *Homo sapiens* começaram a formar estruturas ainda mais elaboradas chamadas *culturas*. O desenvolvimento subsequente dessas culturas humanas é denominado *História*.”

Três importantes revoluções, segundo Harari (2015) definiram o curso da história – enquanto evolução e não disciplina.

1. A *Revolução Cognitiva* deu início à história há cerca de 70 mil anos.
2. A *Revolução Agrícola* a acelerou por volta de 12 mil anos atrás.
3. A *Revolução Científica* começou há apenas 500 anos, mas pode muito bem colocar um fim à história e dar início a algo completamente diferente.



Este livro de Yuval Noah Harari conta como essas três revoluções afetaram os seres humanos e os demais organismos.

Na primeira, os *Homos sapiens* da África Oriental se espalharam na península Arábica e de lá rapidamente tomaram o território da Eurásia. Quando chegou à Arábia, a maior parte da Eurásia já era ocupada por outros humanos. O que aconteceu com eles? Há duas teorias conflitantes.

A *Teoria da Miscigenação* conta uma história de atração, sexo e miscigenação. Os imigrantes africanos se espalharam pelo mundo, procriaram com outras populações humanas (neandertais, *Homo erectus* etc.) e as pessoas, hoje, são resultado dessa miscigenação.

A visão alternativa, chamada de *Teoria da Substituição*, conta uma história muito diferente – uma história de incompatibilidade, repulsa e, talvez, até mesmo genocídio. *Sapiens* e *neandertais* tinham anatomias diferentes, e muito provavelmente hábitos de acasalamento e até mesmo odor corporal diferentes. Provavelmente tinham pouco interesse sexual uns pelos outros.

Se a Teoria da Substituição estiver correta, todos os humanos existentes têm mais ou menos a mesma bagagem genética. As distinções raciais entre eles são desprezíveis.

Mas, se a Teoria da Miscigenação estiver correta, pode muito bem haver entre africanos, europeus e asiáticos algumas diferenças genéticas herdadas de humanos de centenas de milhares de anos atrás. Pode fornecer matéria-prima para comportamentos racistas.

Antes, a Teoria da Substituição prevaleceu entre os cientistas. Tinha bases arqueológicas mais sólidas e era politicamente mais correta: *só haveria uma única raça humana*, pois o *Homo Sapiens* teria substituído as demais.

Porém, em 2010, quando foram publicados os resultados de um esforço de quatro anos para mapear o genoma dos neandertais, para fazer uma comparação detalhada com o DNA de humanos contemporâneos, os resultados desconcertaram a comunidade científica. Revelou-se de 1% a 4% do DNA das populações modernas no Oriente Médio e na Europa são DNA de neandertal.

E daí? Os traços físicos superficiais como epiderme, cor de olhos ou cabelos não justificam discriminação social com base em racismo!

Os *sapiens* eram melhores caçadores e coletores – graças à superioridade de sua tecnologia e de suas habilidades sociais –, por isso, teriam se multiplicado e se espalhado. Os *neandertais*, menos engenhosos, tinham cada vez mais dificuldade para se alimentar. Sua população definiu e pouco a pouco desapareceu, exceto, talvez, por alguns membros terem se miscigenado com seus vizinhos *sapiens*.

Outra possibilidade foi a competição por recursos ter irrompido em violência e genocídio. A tolerância não é uma característica dos *sapiens*. Nos tempos modernos, uma pequena diferença em cor de pele, dialeto ou religião tem sido suficiente para levar um grupo de *sapiens* a tentar exterminar outro grupo.

Nos últimos 10 mil anos, o *Homo sapiens* se acostumou a ser como a única espécie humana. Tornou-se difícil para nós concebermos qualquer outra possibilidade de raça humana.

Antes, o *Homo sapiens* começou a fazer coisas muito especiais. Nessa época, bandos de *sapiens* deixaram a África pela segunda vez. Dessa vez, eles expulsaram os neandertais e todas as outras espécies humanas não só do Oriente Médio como também da face da Terra.

Em um período incrivelmente curto, os *sapiens* chegaram à Europa e ao leste da Ásia. Há aproximadamente 45 mil anos, conseguiram atravessar o mar aberto e chegaram à Austrália – um continente até então intocado por humanos.

O período de 70 mil anos a 30 mil anos atrás testemunhou a invenção de barcos, lâmpadas a óleo, arcos e flechas e agulhas, essenciais para costurar roupas quentes. Os primeiros objetos chamados de arte e joalheria datam dessa Era.

Igualmente, nela há os primeiros indícios incontestáveis de religião, comércio e estratificação social. Essas conquistas sem precedentes foram produto de uma *revolução nas habilidades cognitivas dos sapiens*.

O surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, nessa Era, constitui a *Revolução Cognitiva*. O que a causou? Não sabemos ao certo.

A teoria mais aceita sugere certas mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos *sapiens*, possibilitando eles pensarem de uma maneira sem precedentes e se comunicarem usando um tipo de linguagem totalmente novo. Foram mutações na *árvore do conhecimento*.

Por qual razão essa nova linguagem dos *sapiens* lhes permitiu conquistar o mundo? Essa não foi a primeira linguagem. Todos os animais têm alguma forma de linguagem para se comunicar e informar uns aos outros sobre o paradeiro de alimentos e o aviso de perigo.

Porém, nossa linguagem era mais versátil. Podemos conectar uma série limitada de sons e sinais para produzir um número infinito de frases, cada uma delas com um significado diferente. Podemos, assim, consumir, armazenar e comunicar uma quantidade extraordinária de informação sobre o mundo à nossa volta.

Nossa linguagem singular evoluiu como um meio de partilhar informações sobre o mundo. Mas, uma hipótese sugere as informações mais importantes necessárias ser comunicadas eram sobre humanos – e não sobre outros animais.

*Nossa linguagem evoluiu como uma forma de fofoca.* De acordo com essa teoria, o *Homo sapiens* é sobretudo um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. É importante para eles saber quem em seu bando odeia quem, quem está se relacionando sexualmente com quem, quem é honesto e quem é trapaceiro etc. A fofoca normalmente gira em torno de comportamentos inadequados para a autoproteção de cada fofoqueiro.

Mas a característica verdadeiramente única da nossa linguagem é a capacidade de transmitir informações sobre coisas inexistentes e/ou sobrenaturais. Lendas, mitos, deuses e religiões apareceram pela primeira vez com a Revolução Cognitiva.

A ficção nos permitiu não só imaginar coisas como também fazer isso coletivamente. Podemos tecer mitos compartilhados, tais como a história bíblica da criação e os mitos nacionalistas dos

Estados modernos. Tais mitos dão aos *sapiens* a capacidade sem precedentes de *cooperar* de modo versátil em grande número.

A dificuldade está não em contar a história, mas em convencer todos os demais a acreditarem nela. Ao acreditarem em histórias específicas sobre deuses, ou nações, ou empresas de responsabilidade limitada, *milhões de estranhos cooperam para objetivos em comum*.

Com essas mitologias ou narrativas foi possível criar Estados, religiões e sistemas jurídicos. Em vez de falar apenas sobre coisas materialmente existentes, *os sapiens imaginaram e criaram*.

Com o passar dos anos, as pessoas teceram uma rede incrivelmente complexa de histórias indutoras de relacionamentos. Nessa rede, *ficções* não só existem, como acumulam enorme poder.

Essa rede de histórias é conhecida nos meios acadêmicos como “ficções”, “construtos sociais” ou “realidades imaginadas”. Mas a *realidade imaginada* não é uma mentira.

A capacidade de criar uma realidade imaginada com palavras possibilitou muitos estranhos cooperarem de maneira eficaz. Mas também fez algo mais. Como a cooperação humana em grande escala é baseada em *mitos*, a maneira como as pessoas cooperam pode ser alterada modificando-se os mitos – contando-se histórias diferentes.

Nas circunstâncias adequadas, os mitos podem mudar muito depressa. Por exemplo, em 1789, a população francesa deixou de acreditar no mito do direito divino dos reis e passou a acreditar no mito da soberania do povo.

Na realidade, desde a Revolução Cognitiva, o *Homo sapiens* tem sido capaz de revisar seu comportamento rapidamente de acordo com necessidades em constante transformação. Isso abriu uma via expressa de *evolução cultural*, contornando a lentidão da evolução genética. Acelerando, o *Homo sapiens* logo ultrapassou todas as outras espécies humanas em sua *capacidade de cooperar*.

Os *sapiens* transmitem novos comportamentos a gerações futuras sem necessidade de qualquer mudança genética ou ambiental. Por isso, conseguem transformar suas estruturas sociais, a



natureza de suas relações interpessoais, suas atividades econômicas e uma série de outros comportamentos no intervalo de uma ou duas décadas.

Por exemplo, o comércio pode parecer uma atividade muito pragmática. Não requer nenhuma base fictícia, mas nenhum outro animal, além do *sapiens*, pratica(ou) o comércio, e todas as *redes de comércio* desses animais humanos sobre as quais temos informações detalhadas se baseiam em *ficções*.

O comércio não pode existir sem confiança e empatia, mesmo sendo difícil confiar em estranhos. A rede de comércio global contemporâneo se baseia na confiança em “entidades fictícias”, tais como o dólar e as marcas registradas das corporações.

Desde os *sapiens* arcaicos nos acreditamos em ficções representativas de riqueza. Trocamos já conchas, *pecus* (gado), ouro, papel-moeda pintado, dígitos ou registros escriturais etc.

Para finalizar essa breve resenha de ideias do historiador Yuval Harari, cabe expor o fundamental de seu artigo sobre Inteligência Artificial (IA) (FSP, 26/03/23). Em sua visão, a IA – agora sendo acessível em sites como do ChatGPT, MidJourney e outros – está sendo invocada sem os *sapiens* sequer serem capazes de entender como ela funciona.

A habilidade principal dessas IAs é *hackear* o pilar da civilização: *a linguagem*. Pela linguagem nos relacionamos uns com os outros, construímos instituições, desenvolvemos leis e cultura, declaramos e encerramos guerras, e coordenamos a ação de indivíduos e de grupos.

Agora existe entre nós uma IA com potencial de melhor dominar a linguagem. Ofereceria, hipoteticamente, respostas a diversas questões jamais possíveis de ser abrangidas por uma única pessoa.

Ao permitir as inteligências artificiais conversarem e aprenderem conosco, estaríamos entregando a chave do processo civilizacional para a IA? Esta é *a eterna dúvida existencial da parca inteligência humana*.

A IA é vista, nessa visão amedrontada, como fosse de um “agente inteligente, capaz de perceber seu meio-ambiente e tomar decisões de modo a maximizar sua chance de sucesso frente à burrice humana”. O ser humano teme esse “agente inteligente”, supondo ele ser capaz de agir contra si em vez de se manter submisso ou passivo.

De acordo com Harari, “a democracia, por exemplo, é uma conversa. Conversas são feitas por linguagem. Quando a linguagem é em si *hackeada*, a conversa desaba, a democracia se torna insustentável. Se esperarmos pelo caos para agir, será tarde demais para remediar”. Menos, menos... IA é mero levantamento de *padrões*.

É burrice humana achar todas as atividades humanas poderem ser replicadas ou substituídas por uma inteligência artificial. Ora, e as respostas criativas e heterodoxas, isto é, fora dos padrões? E a empatia de cuidadores? E a arte original?

## A Jornada da Humanidade

O economista israelense Oded Galor, professor da Universidade Brown, nos Estados Unidos, e autor do livro *A Jornada da Humanidade* (Editora Intrínseca, 2022), apresenta a Teoria Unificada do Crescimento, desenvolvida durante três décadas. busca:

1. explicar como o *homo sapiens* foi capaz de gerar tamanha riqueza e desenvolvimento tecnológico ao longo da história, e
2. responder por qual razão essa riqueza foi distribuída de forma tão desigual no mundo.

A teoria é uma tentativa de desvendar as forças fundamentais determinantes da evolução das sociedades humanas a partir do aparecimento do *homo sapiens*. Resumidamente, pode ser descrita da seguinte forma:

1. O cérebro do *homo sapiens* deu vantagem sobre outras espécies e proporcionou a introdução de inovações.

2. Inovações possibilitam mais recursos para um grupo humano, propiciando mais crianças nascerem, mais crianças conseguirem sobreviver, e a população aumentar.
3. Conseqüentemente, com uma população maior, em determinado momento os recursos para sustentá-la se tornam insuficientes e há um retorno às condições anteriores de pobreza. Esse *ciclo malthusiano* se repete por centenas de milhares de anos.
4. Mas a Revolução Industrial, criou a necessidade de desenvolvimento educacional.
5. Nos anos 60s do século XX, com a descoberta da pílula anticoncepcional, as famílias optaram por menos filhos, para investir em formação escolar, e as taxas de fertilidade caíram.
6. O progresso tecnológico, desde então, se converteu em mais prosperidade – e não em uma população maior.
7. Apesar dela, as desigualdades de riqueza entre nações persistem por fatores como geografia, instituições locais, cultura, diversidade genética e impactos da revolução agrícola.

Sua abordagem macrohistórica levou a muitas comparações com outro autor israelense, Yuval Noah Harari. A segunda parte do seu livro, ao discutir as raízes da desigualdade, não é um debate presente no livro *Sapiens*.

Mas o rival repete muito dito por ele. O *homo sapiens* surgiu há cerca de 300 mil anos na África. Seu cérebro diferenciado lhe deu vantagem sobre outras espécies, mas a evolução foi bastante lenta até a humanidade alcançar o estágio de domínio sobre a natureza.

Apenas há 12 mil anos atrás, aconteceu a Revolução Agrícola dita neolítica. Além de tirar o animal humano do estágio de caça e coleta, levou a um ciclo de inovações com imenso avanço tecnológico desde quando ele passou a plantar em escala maior e domesticar animais.

Nesse período, sociedades começam a se organizar em torno da produção agrícola e do pastoreio. Da casta de sacerdotes derivou

sábios intelectuais capazes de dedicar seu tempo ao desenvolvimento da ciência, do conhecimento e das línguas.

A escrita, por exemplo, surgiu da contabilidade de grãos e registrar sua distribuição. O conhecimento escrito ou armazenado marca o aparecimento de uma *elite do conhecimento*.

Segundo Galor (2022), permitiu certas sociedades terem uma vantagem tecnológica de modo a ser capaz de abrigar populações maiores. Daí dá um salto mortal para afirmar “propiciou o surgimento de cidades e Estados”, ou seja, tudo aquilo vindo depois teria sido causado por aquilo vindo antes...

Como um dos elementos centrais de sua tese, o economista israelense defende as *vantagens geográficas* — condições melhores para desenvolver a agricultura — foram determinantes para as diferenças de riqueza entre os países até hoje.

Não foi mero acidente a revolução neolítica ter ocorrido em diferentes épocas nas regiões do globo, com diferença de milênios. A biodiversidade de cada localidade determinava o aparecimento de nem tantas plantas e poucos animais domesticáveis. Por isso, a Eurásia teria saído na frente. Do Império Romano, Inca e Azteca?!

Sem comparar com as Américas, Galor afirma a Eurásia tinha uma vantagem sobre outros continentes por duas questões. Uma era a biodiversidade propícia, mas a outra foi a questão da orientação leste-oeste do continente.

Sem barreiras significativas, práticas agrícolas eram copiadas ao longo de latitudes semelhantes. E as latitudes extensas norte-americanas e sul-americanas não são consideradas por Galor?

Daí dá outro salto epistemológico para afirmar: “essas diferenças geográficas e de momento de adoção e evolução da agricultura influenciaram a grande diferença na economia mundial em termos de sofisticação tecnológica e de dominação. As sociedades pioneiras na adoção da agricultura permaneceram tecnologicamente mais avançadas frente às outras”.

Mas, de acordo com Galor, a vantagem de lugares como o Crescente Fértil – uma faixa saindo do Egito, passando pelo Oriente Médio e chegando ao Iraque –, a primeira região a adotar a



agricultura, foi perdida a partir do século XVI. Foi quando a vida no campo entrou em declínio gradual relativamente à vida urbana.

Houve também nesse período o início da Era das Grandes Navegações, dominada pelos europeus. A conquista das Américas e a expropriação de suas riquezas minerais teve peso decisivo no desenvolvimento econômico-financeiro na Europa.

Galor tenta explicar a disparidade de riquezas pela formação de instituições voltadas para garantir a segurança de trocas comerciais. O progresso proporcionado pela agricultura teria formado algumas castas dominantes: guerreiros, oligarcas governantes, mercadores, sacerdotes, sábios.

O economista não desenvolve nada a respeito do poder delas, mas sim destaca a implementação de moedas únicas, a proteção a direitos de propriedade e um conjunto de leis aplicadas de maneira uniforme terem organizado suas sociedades com um ambiente favorável para negócios. Corresponde à *visão institucionalista da história* apresentada por, como veremos mais adiante, Daron Acemoglu e James Robinson.

Eventos inesperados também podem influenciar esse processo. A Peste Negra chegou à Europa em 1347. Em um período muito curto, aniquilou 40% da população europeia daquele tempo. Houve uma redução enorme na força de trabalho, particularmente na Inglaterra, onde já havia no período vida urbana sem saneamento e saúde pública.

"Para manter a força de trabalho, a aristocracia teve de fazer concessões para ficar mais atraente permanecer no campo. Como resultado, iniciou o declínio do sistema feudal da época e uma emancipação de grande parte da força de trabalho e, gradualmente, o desenvolvimento dos direitos de propriedade fora da aristocracia. Isso pode ter levado a uma industrialização precoce na Inglaterra antes de outros lugares".

A Guerra Civil (monarquistas religiosos versus parlamentaristas republicanos) ocorreu de meados ao fim do século XVII (1642-1688) na Inglaterra. Enfim, o pacto da Monarquia Constitucionalista deu ao Parlamento a capacidade de legislação e formação instituições avançadas, capazes de levar o país a liderar a Revolução Industrial.

O predomínio dessas instituições na Inglaterra protegeu comerciantes burgueses. Os proprietários de terra entraram em declínio por terem evitado o progresso tecnológico e tentarem se perpetuar no poder via arrendamento de suas terras, isto é, *rentismo*.

A Teoria Unificada do Crescimento, nome pomposo para lugares-comuns muito conhecidos, aponta: a ruptura de um ciclo de 300 mil anos de estagnação, na História da Humanidade, ocorreu com a Revolução Industrial na Inglaterra, há cerca de pouco mais de 200 anos.

“Quando você olha para as evidências, está bastante aparente, em mais de 99,9% da jornada da existência humana, as sociedades viveram definido como *a estagnação malthusiana*”, afirma Galor. Ele adota a tese do economista conservador Thomas Malthus (1766-1834), associada a programas de controle populacional e alvo de fortes críticas por não contemplar o aumento da produtividade agrícola propiciado por tecnologia.

“A razão pela qual eu apresento Malthus *de forma neutra* [sic] é porque, na verdade, ele capturou muito bem o acontecido em quase toda a História da Humanidade”, ou seja, Galor simplesmente argumenta as ideias de Malthus serem válidas para interpretar o passado.

O *ciclo malthusiano*, segundo Galor (2022), ocorreria por uma nova tecnologia proporcionar não só mais recursos, mas também a procriação e o aumento do agrupamento social. Isso dificultaria, após certo tempo, a garantia do bem-estar material para essa população de número maior.

Ele nada diz a respeito da Lei dos Cereais, motivo de conflito de interesses entre os proprietários de terras e os capitalistas, onde Thomas Malthus sempre defendeu os interesses da classe dos proprietários de terras. Para este reacionário, quaisquer tentativas de modificar o capitalismo com sua estrutura de proprietários ricos e trabalhadores pobres fracassariam e reapareceria inevitavelmente a divisão de classes como uma consequência inevitável da lei natural.

As pobres pessoas não virtuosas eram impelidas por um desejo quase insaciável de prazer sexual. Por isso, as taxas de reprodução,

quando incontidas, levariam a aumentos em progressão geométrica da população em comparação à progressão aritmética da produção de alimentos em determinado território.

Os controles preventivos a reduzirem a *taxa de natalidade*, de acordo com Malthus seriam a esterilidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos. Caso não fossem implementados, outros controles aumentariam a *taxa de mortalidade*: miséria, pragas, guerra, catástrofes naturais – e controle final e inevitável da morte pela fome.

O crescimento da população era sempre limitado por uma combinação desses controles, para ficar dentro dos limites da oferta disponível de alimentos. Se os controles preventivos fossem insuficientes, os controles mortais seriam inevitáveis.

A revolução industrial teria mudado isso, segundo Galor (2022), porque levou a sociedade a lidar com um ambiente tecnológico de rápida mudança. Os indivíduos precisaram gastar dinheiro em educação.

Quando o investimento em capital humano começou ocorrer, a maioria das famílias eram muito pobres para investir na educação de seus filhos. Assim, precisaram usar um outro elemento de restrição orçamentária natural, diminuindo o tamanho de suas famílias nas cidades.

Suas ideias parecem ser anacrônicas. Houve sim um declínio significativo nas taxas de fertilidade apenas com a criação da pílula anticoncepcional nos anos 60s do século XX. Dessa forma, o processo de crescimento foi liberado do efeito de contrapeso do aumento da população.

Alguns países começaram a investir massivamente em uma população com formação educacional superior somente após a II Guerra Mundial como compensação para os sobreviventes. Por isso, eles conseguiram acumular mais riquezas, de acordo com a tese meritocrática do economista israelense.

Mas houve melhoras nesse período mesmo em países pobres. Por exemplo, houve o aumento de 14 vezes da renda per capita no mundo em apenas um século e o avanço nas condições de vida —

250 anos atrás, quase um quarto dos recém-nascidos não chegava a completar um ano. Os neoliberais como Deirdre N. McCloskey costumam apelar para essa comparação historicista com o pré-capitalismo.

O colonialismo e a escravidão tiveram um peso determinante no “ritmo de giro das rodas da mudança”. Embora o autor não reserve um capítulo específico de *A Jornada de Humanidade* para esses fatores, ele ressalta o desenvolvimento das metrópoles ter sido financiado pela extração de recursos do Novo Mundo e a exploração do comércio de escravos.

Graças ao ouro de Minas Gerais, redirecionado de Portugal para a Inglaterra, esta pode acumular riqueza e se especializar na produção de bens manufaturados em vez de se limitar à produção agrícola.

As colônias foram forçadas a se especializarem na produção de bens agrícolas e indústria extrativa mineral. Essa limitação travancou o desenvolvimento tecnológico, industrial e, segundo sua lógica, educacional. Nisso também entra o peso da formação de instituições.

“No Brasil, o surgimento de *instituições extrativistas* visavam manter o *status quo* e a desigualdade”, observa o israelense. Ele usa diretamente as categorias criadas por Acemoglu e Robinson.

“O colonialismo afeta as instituições brasileiras ainda hoje, afeta a coesão social do país, afeta a confiança no governo e entre indivíduos. Em algumas sociedades, o colonialismo explica uma porção significativa das desigualdades entre os países.” Ele afirmou isso em entrevista concedida ao Shin Suzuki (BBC).

Argumenta o tipo de agricultura surgida na América do Norte não exigir grandes plantações. E as *plantations* do Sul dos Estados Unidos? Teria sido isso – e não a Guerra Civil e a Conquista do Oeste – o fator capaz de levar a uma menor concentração da propriedade das terras.

Daí, em novo salto epistemológico, afirma: “levou gradualmente ao surgimento de instituições mais democráticas.



Dessa forma, as instituições podem ser o resultado do tipo das produções agrícolas em diferentes lugares do mundo”.

Na visão de Galor, o colonialismo surgiu da diferença de desenvolvimento já existente antes. “Se queremos entender o desenvolvimento do mundo, nós temos de nos perguntar, por qual razão algumas sociedades conseguiram colonizar outras?”

Como veremos em seguida, “*Armas, Germes e Aço*” é um livro com melhor resposta a essa questão. Segundo Galor, normas culturais são os valores compartilhados, crenças e preferências características de uma sociedade. Elas influenciam seu desenvolvimento.

Ele se vangloria: “uma luta interna no judaísmo, 2.000 anos atrás, acabou por incentivar a *alfabetização universal*. Ela se tornou uma obrigação moral para pais providenciarem educação aos filhos. Isso criou um forte valor para o estudo nesse grupo”. E a leitura da Bíblia exigida da alfabetização dos protestantes? E a Bíblia em latim não lida por cristãos católicos analfabetos?

Coisas como tais promoveram mais *cooperação* dentro de uma sociedade ou um pensamento voltado para o futuro. Representaram influência no desenvolvimento econômico.

Nessa ideologia judaica, Galor se torna especulativo em sua “teoria unificada” (sic). Há questionamento de sua hipótese de a diversidade genética e cultural em uma sociedade ter bons efeitos pela “polinização cruzada” de ideias e, então, propiciar saídas para os problemas.

Biólogos e antropólogos consideraram problemático estabelecer uma relação causal entre diversidade genética/cultural e sucesso econômico. Nelas há *fatores de atraso* como a menor coesão social.

O economista defende o crescimento econômico mundial dos últimos 200 anos ser apenas uma etapa de imenso progresso da humanidade no futuro. Isto é indicado por o aumento da renda per capita e a diminuição da mortalidade infantil.

Volta novamente à *defesa neoliberal do capitalismo*. Mesmo nos países onde a pobreza ainda é bastante presente, a conjuntura social

teve uma melhora sensível na comparação com 100 ou 200 anos atrás.

Mas a ânsia por crescimento, marcante no capitalismo moderno iniciado com a revolução industrial, também está relacionada à *crise climática*. Ela pode levar o planeta à devastação e até mesmo a extinção do *homo sapiens*.

A questão-chave é se definimos o progresso da humanidade como o provocador desse tipo de catástrofe. É avistada, no momento, a mudança climática e a inteligência artificial (automação robótica e digital) ser capaz de tirar o emprego de muitos trabalhadores da sociedade.

A visão de Galor é otimista. "O progresso foi tremendo, as condições de hoje parecem irreais se comparadas ao existente antes. Isso está se manifestando de forma perceptível.

Não significa não haver mais desafios a serem enfrentados. Mas eles podem ser superados caso estejamos alertas sobre suas consequências. Seremos capazes de mitigá-los e permitir a prosperidade humana continuar seu caminho".

## Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas

O livro *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*, publicado originalmente em 1997 e em 2001 no Brasil (Record; 476 páginas), de autoria de Jared Diamond, professor de Geografia na UCLA, recebeu em 1998 o Prêmio Pulitzer e o Prêmio Aventis de melhor livro científico.

Ao contrário do inculcado na educação criacionista, na história científica não existe pré-história. Os cristãos são praticamente doutrinados a conhecer apenas o período d.C. (depois de Cristo), mas há outra história da evolução humana. Surgiu desde quando os *sapiens* se distinguiram dos gorilas, cerca de 7 milhões de anos atrás, até o fim da última Era Glacial, há aproximadamente 13.000 anos.

Diamond mostra como os ancestrais humanos se espalharam, a partir de suas origens na África, para outros continentes, de modo a entender o estágio do mundo pouco antes dos acontecimentos

frequentemente sintetizados pela expressão “surgimento da civilização”. O desenvolvimento humano em alguns continentes começou bem antes de outros, propiciando “vantagens competitivas”.

Diamond examina os efeitos históricos dos ambientes de cada continente nos últimos 13.000 anos. Colhe “amostras” em ilhas com ambientes muito diferentes geradores de sociedades distintas de tribos de caçadores-coletores até proto-impérios. Esta sequência é usada como modelo para entender processos mais longos, em maior escala e menos compreendidos, de reprodução de sociedades nos diferentes continentes, desde o fim da última Era Glacial.

Ele apresenta os confrontos entre os povos de diferentes continentes. Identifica a cadeia de fatores permissíveis das conquistas europeias de territórios das sociedades nativas americanas. Esses fatores incluíram *germes de origem espanhola, cavalos, cultura, organização política e tecnologia, especialmente navios e armas.*

Diamond se dedica a levantar as causas fundamentais das conquistas europeias. Por exemplo, a produção de comida por meio da agricultura ou da criação de gado, em vez da caça ou coleta de alimentos silvestres gerou fatores explicativos imediatos.

Alguns povos foram aprendendo a produção de alimentos em escala desde tempos idos, enquanto outros nem desenvolveram nem adquiriram esse conhecimento, permanecendo caçadores-coletores até os tempos modernos. Houve numerosos fatores resultantes na mudança do estilo de vida caçador-coletor para o produtor de comida em algumas áreas e não em outras.

O cultivo de plantas e a domesticação de animais surgiram na chamada *pré-história*, a partir de plantas e animais ainda selvagens. A maioria dos grandes mamíferos nunca foi domesticada, apenas foram catorze deles: cachorro, ovelha, cabra, porco, vaca, cavalo, burro, búfalo indiano, camelo, dromedário e lhama, o único nativo na América do Sul. A domesticação do primeiro data de 10.000 a.C. e a do último de 2.500 a.C..

Diamond defende a hipótese de um dos principais fatores explicativos da diferença nos ritmos de expansão ter sido a direção dos eixos continentais: predominantemente oeste-leste para a

Eurásia e predominantemente norte-sul para as Américas e a África. A pluralidade de latitudes destas teriam produzido ambientes climáticos e/ou geográficos muito mais diversificados, dificultando as migrações e as difusões da produção de alimentos.

Certamente, não foi o caso dos Estados Unidos, Canadá e talvez até mesmo o Brasil. Situado na zona tropical, ocorre o predomínio de climas quentes em boa parte do território, embora a pluviosidade varie desde regiões úmidas ao semiárido.

No sul do Brasil, onde são registradas as menores temperaturas do país, o clima é subtropical. A abundância de chuvas em boa parte do território favorece a manutenção de uma das maiores redes hidrográficas do planeta, colocando o Brasil como principal detentor do potencial hídrico mundial.

Do alimento parte Jared Diamond para análise do impacto das armas, aos germes e ao aço. As conexões das causas originais (ou remotas) com as causas imediatas começam com a investigação da evolução dos germes, característica das populações humanas densas. Há uma relação dos germes com o surgimento da produção de alimentos, particularmente a domesticação de animais, muito maior na Eurásia em lugar de ser nas Américas.

Outra cadeia de causas levou da produção de alimentos à escrita, possivelmente a mais importante invenção dos últimos milhares de anos. Diamond defende ter havido um efeito geográfico sobre a facilidade com a qual as ideias ou os inventos se difundiram.

O influente na *escrita* também influi na *tecnologia*. Ao permitir os agricultores obterem excedentes, a produção de alimentos tornou essas sociedades capazes de sustentar castas de sábios em tempo integral às descobertas. Eles não necessitavam cultivar sua própria comida e tiveram tempo para pensar e desenvolver as tecnologias.

Além de escribas e inventores, a produção de alimentos permitiu os fazendeiros da casta dos mercadores sustentarem a casta dos oligarcas governantes, originárias dos guerreiros. Com o surgimento de populações produtoras de alimentos, densas e sedentárias, apareceram assim os chefes, os burocratas e os reis.



Esses burocratas eram essenciais não só para governar regiões grandes e populosas. Cuidavam também de manter exércitos, enviar navios em expedições e organizar guerras de conquista.

Jared Diamond testa suas hipóteses ao aplicá-las em cada continente e algumas ilhas importantes – Austrália e ilha de Nova Guiné, o leste da Ásia continental (China) e as ilhas do Pacífico. Examina os choques entre os europeus e os nativos americanos, e, finalmente, a história da África subsaariana.

Finalmente, diz talvez o maior dos problemas não solucionados seja *definir a história humana como uma ciência histórica*, no nível de ciências históricas reconhecidas, como a biologia da evolução, a geologia e a climatologia. *A história não é apenas a narrativa de fatos, pois levanta os padrões amplos a ser explicados.*

O biólogo evolucionista Jared Diamond não apresenta as conquistas europeias como frutos de “inteligência superior” ou mesmo da “epiderme” como sugerem os racistas. Ele revela os *fatores ambientais* como os reais responsáveis pelo curso dos acontecimentos. Não se trata de “determinismo geográfico”, como se apressaram em rotular sua análise alguns críticos ciumentos, mas *choques exógenos*.

A dominação de determinada população sobre outra teve fundamentos militares (armas), tecnológicos (aço) e nas doenças epidêmicas (germes). Esses fatores dizimaram sociedades de caçadores e coletores, assegurando conquistas.

Alguns povos desenvolveram a tecnologia proporcionadora da expansão de seus domínios e aumentou a resistência a doenças, principalmente pela convivência milenar com seus animais domesticados. Possuíam *anticorpos*, enquanto os nativos americanos ainda não dispunham.

Valendo da geografia, da botânica, da zoologia, da arqueologia e da epidemiologia, Diamond nos faz ver como *a diversidade humana é o resultado de processo histórico* – e não de particularidades referentes a inteligência ou aptidões pessoais. A história seguiu determinados rumos, para os diferentes povos, devido às *diferenças entre ambientes* e não às *diferenças biológicas*. Seu livro nos oferece a compreensão mais profunda da *condição humana*.

## Colapso

Jared Diamond, biogeógrafo norte-americano, professor da Universidade da Califórnia, estrela entre os historiadores ambientais, também publicou o livro *Colapso – Como Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso* (Rio de Janeiro, Editora Record, 2005, 685 páginas). Ajuda a colocar o meio ambiente no centro do debate sobre o futuro da sociedade, ao explicar como as civilizações são perdidas.

A leitura leva à dedução fundamental para a civilização humana. Baseada em tragédias ambientais do passado, a humanidade necessita mudar seu relacionamento com o meio-ambiente.

Sociedades culturalmente, cronologicamente e geograficamente diversas tiveram pelo menos cinco fatores em comum em seu declínio: danos ambientais, mudança climática, vizinhos hostis, problemas com parceiros comerciais e, culminando, respostas culturais desastrosas a esses fenômenos.

Por exemplo, territórios completamente desmatados provocaram catástrofes ambientais. A falta de árvores levou a fome e mortandade em massa.

O mesmo problema de desmatamento da ilha da Páscoa ameaçava o Japão da era Tokugawa na mesma época, entre os séculos 17 e 18. A resposta dos *shoguns* foi diferente: o governo iniciou processo maciço de reflorestamento e o Japão se tornou um dos países mais verdes do mundo: 80% de seu território é coberto por florestas.

Fatores ecológicos, acima de guerras ou política, determinam o sucesso e o fracasso de povos. Seus críticos o acusam de examinar *civilizações* antigas e novas, e os motivos de algumas delas terem sido bem-sucedidas e outras não, mas, no fim, o motivo parece estar sempre ligado a alguma *causa ambiental*. Isto constituiria *reducionismo* com certo *determinismo ecológico*.

Diamond contra-argumenta. Algumas Civilizações deram certo – e ele procura examinar o porquê – e outras deram errado. Ele diz nem sempre ter sido por *problemas ambientais*.

Por exemplo, o colapso do Paraguai, no século XIX, não foi por conta de alguma questão ambiental, mas por seu governo ditatorial ter tomado decisões expansionistas em busca de saída para o mar. Elas levaram o país à guerra contra os vizinhos Uruguai, Argentina e Brasil, e à morte da maioria dos homens paraguaios.

Outra civilização entrada em colapso foi a União Soviética. Seus desastres ambientais não foram decisivos para seu fim: a política totalitária e a economia centralmente planejada foram as causas.

Diamond acha as inovações tecnológicas com velocidade e acessibilidade inéditas, na Era atual, não salvarão a civilização humana do colapso ambiental, antes pelo contrário. Usa-se a esperança dos avanços tecnológicos como argumento para continuar com o mesmo estilo de vida, baseado no *desperdício*.

Entretanto, a tecnologia pode ter alguma contribuição positiva. No caso da energia, pode-se descobrir maneira mais eficiente de usar o vento ou a maré para ajudar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

Quando estuda o colapso de alguma sociedade, Diamond procura por cinco características comuns:

1. o grau e a natureza do dano ambiental;
2. o grau e a natureza das mudanças climáticas;
3. o nível de hostilidade das sociedades vizinhas;
4. o grau de confiabilidade dos parceiros comerciais; e
5. a resposta da sociedade aos seus problemas.

Muitos países latino-americanos têm problemas com a resposta interna da população à mudança. A elite política e econômica de cada qual está apenas interessada em ficar mais rica e poderosa – e não em resolver os problemas do país e de seu povo.

O Brasil, mais cedo ou mais tarde, pode enfrentar problema ambiental grave, por conta do desmatamento da Amazônia. Diamond não tem absoluta convicção de a elite política brasileira não estar interessada em ajudar o povo em lugar de apenas enriquecer.

A floresta amazônica sobrevive devido à grande quantidade de chuva. Quando se corta as grandes árvores, diminui a quantidade dela.

Há problemas ainda na riqueza do solo, cujos nutrientes vêm principalmente dessas grandes árvores. Elas estão sendo cortadas. Os rios estão sendo poluídos com mercúrio do garimpo ilegal com conseqüente genocídio dos nativos dependentes deles. Esse conjunto é o maior problema ecológico, no Brasil, hoje.

## A Sexta Extinção: Uma História Não Natural

O livro *A Sexta Extinção: Uma História Não Natural* (Rio de Janeiro; Editora Intrínseca; original de 2014), de autoria de Elizabeth Kolbert, foi vencedor do Prêmio Pulitzer de 2015.

Muito de vez em quando, no passado remoto, o planeta sofreu mudanças tão violentas a ponto de a diversidade da vida ter despencado de repente. Cinco desses antigos eventos tiveram um impacto catastrófico o suficiente para caber em uma única categoria: *as Cinco Grandes Extinções*.

A história desses eventos é recuperada bem agora, quando as pessoas começam a perceber a atual Civilização estar provocando mais um. Embora ainda seja demasiado cedo para saber se atingirá as proporções dos anteriores, esse novo evento está conhecido como *a Sexta Extinção*.

*As cinco grandes extinções em massa* ao longo da história da vida em nosso planeta provocaram perda profunda de biodiversidade.

A primeira ocorreu no fim do *período ordoviciano*, cerca de 440 milhões de anos atrás, quando a maioria das criaturas vivas se restringia apenas ao ambiente aquático.

Cerca de 75 milhões de anos depois, a Terra passou por uma nova hecatombe. Varreu do mapa entre 70 e 80% de todas as espécies. Foi no *período devoniano*, há 370-360 milhões de anos.

A mais devastadora aconteceu no fim do *período permiano*, há cerca de 250 milhões de anos – e quase esvaziou o planeta inteiro. Esse evento às vezes é chamado de “a mãe das extinções em massa” ou “o grande extermínio”: mais de 95% dos seres teriam sido extintos nesse período.

No fim do *período triássico*, há 200 milhões de anos, três quartos das espécies desapareceram. Foi uma época marcada pelo desenvolvimento dos pinheiros e outras plantas do grupo das gimnospermas, dos dinossauros e dos primeiros mamíferos.

A principal explicação para o fenômeno é a separação da Pangeia — o supercontinente antes reunindo praticamente toda a superfície terrestre do globo. Essa atividade geológica colossal elevou a quantidade de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera, deixou os oceanos mais ácidos e engatilhou a erupção de vários vulcões. Com isso, a vida deixou de ser viável para muitas criaturas.

A mais recente — e famosa — extinção ocorreu no fim do *período cretáceo*, há 65 milhões de anos, com a queda de um asteroide no planeta. Além dos dinossauros, foram varridos da face da Terra cerca de 80% das espécies, só sobrou a linhagem das aves.

Qualquer evento tendo ocorrido apenas cinco vezes desde o surgimento do primeiro animal com espinha dorsal, há quase 500 milhões de anos, deve ser qualificado como excepcionalmente raro. A ideia de um sexto evento desse tipo estar ocorrendo mais ou menos diante dos nossos olhos deixou Elizabeth Kolbert muito impressionada.

Com certeza essa história natural — a maior, mais sombria e mais significativa — também merecia ser narrada.

## Uma História Comestível da Humanidade

Tom Standage, em "*Uma História Comestível da Humanidade*" (Rio de Janeiro; Zahar; 2010), acha a descoberta tecnológica com o maior impacto sobre a humanidade durante o século XX ter sido o *amoníaco*, sintetizado a partir de seus elementos constituintes, hidrogênio e nitrogênio. Com isso, a produção de amoníaco pode ser realizada em grande escala, abrindo uma nova fonte de fertilizante e tornando possível uma vasta expansão da oferta de alimentos – e, em consequência, da população humana.

O elo entre o amoníaco e a nutrição humana é o nitrogênio. Componente vital de todo tecido vegetal e animal, ele é o nutriente responsável pelo crescimento vegetativo e pelo conteúdo proteico dos cereais, as culturas básicas das quais a humanidade depende.

O nitrogênio, em suma, é um fator determinante da disponibilidade de alimentos básicos para a humanidade e da nutrição humana como um todo. A capacidade de sintetizar amoníaco, combinada com novas variedades de sementes de alto rendimento, produzidas especificamente para responder bem a fertilizantes químicos, abriu caminho para uma expansão sem precedentes da população humana, de 1,6 bilhão para 6 bilhões no curso do século XX. A introdução de tudo isso nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, é conhecida hoje como a "revolução verde".

Sem fertilizante para nutrir produtos agrícolas e prover mais alimento – aumentando sete vezes a oferta, enquanto a população cresceu por um fator de 3,7 –, centenas de milhões de pessoas teriam enfrentado a desnutrição ou a fome. A história poderia ter se desdobrado de maneira muito diferente.

A *revolução verde* teve consequências de longo alcance. Além de causar uma explosão populacional, ajudou a tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza, pois sustentou o renascimento histórico das economias asiáticas e a rápida industrialização da China e da Índia – desenvolvimentos transformadores da geopolítica mundial.



Mas os muitos outros efeitos colaterais da revolução verde, no âmbito social e ambiental, tornaram-na extremamente controversa. Críticos acusam ela ter causado grandes danos ambientais, destruído as práticas agrícolas tradicionais, aumentado a desigualdade e deixado os agricultores dependentes de sementes e produtos químicos caros, fornecidos por exportadoras ocidentais.

Durante a maior parte da história humana, a maioria das pessoas era pobre. Antes de 1700, a renda per capita média era baixa, razoavelmente constante ao longo do tempo, variando muito pouco entre os países, embora houvesse pessoas em cada país muito ricas.

A Grã-Bretanha foi o primeiro a experimentar uma “decolagem de crescimento”, quando iniciou o processo de industrialização, no século XVIII. No século seguinte, foi seguida por outras nações europeias e por “ramificações” da Europa: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Em 1900, a renda per capita média desses lugares era dez vezes superior à da Ásia ou África.

A razão da industrialização ter começado em momentos diferentes e avançado em ritmos distintos é uma das questões mais fundamentais na economia do desenvolvimento. A resposta, segundo Standage (2010), relaciona-se com a produtividade agrícola.

Países pobres não podem iniciar o desenvolvimento econômico até conseguir satisfazer às necessidades básicas de subsistência de sua população. Eles se veem em dependência de importação, enquanto a maior parte da população sofre com a baixa produção agrícola.

Como comida é vital, as pessoas não teriam escolha senão continuar cultivando a terra, mesmo quando a produtividade era baixa. Mais recursos eram dedicados à agricultura para manter a produção.

Para escapar dessa “armadilha malthusiana”, um país deve experimentar uma melhora na produtividade agrícola, de modo a oferta de alimentos se expandir mais rapidamente frente à população. Desse modo, uma parcela da população poderá mudar para atividades urbano-industriais de maior valor, sem ter de se preocupar em produzir comida para a autossubsistência.

Para o aumento da produtividade agrícola se traduzir em crescimento econômico mais amplo e industrialização, no entanto, várias outras coisas precisam acontecer:

1. os agricultores devem ter incentivos para aumentar a produção;
2. deve haver infraestrutura para transportar sementes e produtos químicos para as fazendas bem como para permitir o escoamento dos produtos a partir delas; e
3. deve haver acesso adequado a crédito para permitir aos agricultores comprar sementes, fertilizante, tratores etc.

O *progresso agrícola* pode desencadear súbito crescimento econômico. Porém, a rapidez dele depende crucialmente da introdução simultânea de *reformas não agrícolas*.

## História da Cidadania

O livro *História da Cidadania*, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (6a. ed.; São Paulo; Contexto; 2013; 573 páginas), trata do processo histórico da sociedade ocidental na conquista de direitos por sua população. Contempla ainda faltantes para integrar aqueles não inclusos socialmente como cidadãos plenos.

*Cidadania* não é uma definição estanque, mas é sim um conceito histórico, ou seja, seu sentido varia no tempo e no espaço. Há diferenças das regras nacionais definidoras de quem é ou não titular da cidadania por direito territorial ou familiar, mas também pelos direitos e deveres distintos demarcadores de ser cidadão em cada um dos Estados-Nacionais contemporâneos, por exemplo, ser *contribuinte*.

Mesmo dentro de cada Estado-Nacional, o conceito e a prática da cidadania vem se alterando ao longo dos últimos 200 ou 300 anos. Há maior abertura do estatuto de cidadão para sua população, incorporando, por exemplo, imigrantes.

Aumenta também o grau de participação política de diferentes grupos, estendendo o direito de votar às mulheres, aos negros e aos analfabetos – estes ainda sem o direito de serem votados. Elevam-

se, de maneira distinta, as conquistas dos direitos sociais, isto é, a concessão de proteção social pelos Estados aos necessitados dela.

O antes encarado como “subversão” passa a ser encarado como direito “natural” com a conquista da democracia. Porém, os neoliberais conservadores, adeptos apenas do “liberismo econômico”, ainda se arrepiam com a assistência social provida pelo Estado.

*A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas. Sua “pré-história” inicia-se com os profetas sociais hebreus, as cidades-estados na Antiguidade clássica grega, a cidadania romana, as comunidades cristãs dos primeiros séculos, a cidadania no Renascimento em Florença e Salamanca, até as conquistas atingirem a construção dos alicerces da cidadania na revolução inglesa do século XVII.*

No século seguinte (“Era das Luzes”), aceita-se o respeito aos direitos dos indivíduos, na revolução (ou Guerra da Independência) norte-americana com a conquista de liberdade e cidadania nos Estados Unidos, e na *revolução francesa*, quando a liberdade, a igualdade e a fraternidade passam a ser metas coletivas e universais, enfim, *direitos humanos*. Esses dois últimos eventos, classificados como “revoluções burguesas”, romperam o princípio de legitimidade em vigor até então, baseados nos deveres dos súditos perante as Monarquias Absolutistas, e passaram a estrutura-los a partir dos *direitos do cidadão*.

Entretanto, as experiências históricas de “socialismo realmente existente”, tal como a da *revolução soviética*, adotando práticas estatais totalitárias, significaram um retrocesso histórico em termos de *direitos civis e políticos*. O fato de seus cidadãos terem obtidos significativos avanços em *direitos sociais* não obscurece aquele atraso. Os socialistas têm de repensar a prática de sua doutrina ideológica.

Porém, a história da cidadania não tem fim. É um processo de luta social com avanços e retrocessos, mas continua, persistentemente, em andamento, para se ampliar o conceito e a prática de cidadania para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias.

Na sua acepção mais ampla, *cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia republicana.*

Costuma aduzir principalmente cinco razões para a chamada "vitória do cristianismo": o martírio, a santidade, os milagres, a evangelização, e mais modestamente a criação de uma rede associativa entre populações marginalizadas. Contra cada uma das quatro primeiras razões alegadas, as pesquisas históricas desmentem o discurso das igrejas cristãs.

Na verdade, é decisiva a última razão invocada para explicar o primeiro impulso do cristianismo na sociedade: *a formação de uma rede associativa.* Cobre uma área social totalmente negligenciada pela administração romana, ou seja, a luta organizada (*avant la lettre*) dentro da sociedade por direitos – e não só deveres.

Os cristãos conviviam com categorias sociais como soldados, gladiadores e escravos em geral. O suicídio era frequente nessas categorias.

O senhor eventualmente podia cobrar indenização do patrimônio familiar dos suicidas para reparar a perda da força de trabalho. O cidadão, no *ócio da propriedade*; os escravos, no *negócio do trabalho.*

Ao contrário do Direito romano, os textos cristãos demonstram sensibilidade, apresentando proximidade com o mundo dos gladiadores. São escravos, criminosos condenados, prisioneiros de guerra, por vezes, cristãos. Muitos gladiadores acabam se suicidando ou sendo assassinados.

Outro segmento social particularmente exposto ao suicídio era o dos soldados, entre os quais havia cristãos. O suicídio de soldados foi silenciado como segredo de Estado, para preservar o exército.

Diante desse quadro, os cristãos procuraram melhorar a vida das pessoas no submundo romano. Os colégios ou as confrarias cristãs tinham como dois objetivos básicos *a sepultura e o banquete.*

Os cristãos se cotizavam para *garantir uma sepultura,* erguer um santuário doméstico aos protetores da casa, *providenciar um*

*banquete para todos*. Os colégios eram corpos fundamentalmente democráticos no seio de uma sociedade patriarcal e piramidal.

Os cristãos não se restringiam a enterrar seus fiéis. Admitiam igualmente enterrar vizinhos pagãos. O segredo do sucesso do cristianismo no decorrer do século II muito tem a ver com *a luta pela cidadania*.

Os pensadores iluministas do século XVIII retomaram, a seu modo, *a noção de cidadania*. Ela implica:

1. sentimento comunitário,
2. processos de inclusão de uma população,
3. um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos.

*Cidadania* significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como ela se organize. Esse *pertencimento* é fonte de obrigações, permitindo-lhe também:

1. reivindicar direitos,
2. buscar alterar as relações no interior da comunidade,
3. tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica,
4. redistribuir os bens comunitários.

A *essência da cidadania* residiria, precisamente, nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações e desejos e interesses conflitantes.

A *crise da autonomia dos Estados-nacionais*, face à globalização, coloca-nos diante de problemas análogos aos enfrentados pelas Cidades-Estados quando incorporadas ao poder de um único e grande império.

Como manter a possibilidade de ação coletiva em um mundo onde as *comunidades políticas* perdem, progressivamente, sua capacidade de ação e não conseguem atender às demandas mínimas de seus concidadãos?

Como manter *comunidades políticas* exclusivas em um mundo em que o capital se internacionalizou, mas não o trabalho?

Como construir, sem perder a capacidade de ação coletiva, uma *cidadania global*? Será possível ou mesmo desejável?

A *cidadania* é uma lenta construção, cujo avanço maior teria se dado a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana, em 1776, e pela Revolução Francesa, em 1789, mas também envolvendo a Revolução Industrial. Esta trouxe uma nova classe social à cena histórica, o proletariado urbano capaz de se organizar para lutas pela cidadania e pelo socialismo.

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) formularam a linha teórico-prática. Este articulava o interesse da classe operária com o conveniente à humanidade.

Eles sustentavam o proletariado, fazendo a revolução necessária à superação do capitalismo, não só asseguraria as condições para o pleno exercício da sua cidadania como tornaria viável a extensão da cidadania efetiva a todos os seres humanos no comunismo. Essa formulação de Marx e Engels teve êxito na mobilização da classe operária.

Os trabalhadores tomaram consciência do alcance universal da luta de classes. Para libertar a raça humana, precisavam libertar a si mesmos como classe social.

Como governar? Quais compromissos democráticos devem os governos socialistas assumir em face dos direitos e garantias individuais?

Na virada do século XIX para o XX, os socialistas não enfrentavam ainda *as questões de Estado*, privilegiando apenas a defesa de medidas para a base social. Estas fortaleceriam a cidadania por meio de transformações sociais obtidas com política massiva. Os socialdemocratas postavam em processos sociais incrementais, lentos e graduais, porém cumulativos da força organizativa.

Os socialistas, quando se depararam com oportunidades históricas de tomada do Poder Estatal, paradoxalmente, se deram muito mal em relação ao tratamento dos Direitos Humanos. O Socialismo Realmente Existente (SOREX) foi (e continua sendo) um

desastre no campo dos Direitos Cíveis e Políticos, embora alguns sobreviventes se justifiquem pelos avanços no campo dos Direitos Sociais.

Por qual razão adotou-se um totalitarismo militarizado? O que fazer? As questões a essas questões deixam a esquerda atônita. O debate a respeito de *socialismo* necessita de acrescentar-lhe o adjetivo “democrático”. Tem de comparar a democracia com a mesma importância dada pelo Partido Comunista ao crescimento econômico.

## O Processo Civilizador: Costumes, Formação do Estado e Civilização

Norbert Elias, no livro “*O Processo civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes*” (Rio de Janeiro; Zahar; 1995), fala de como foram superadas as atitudes “bárbaras” ou “incivilizadas” medievais, antes aceitas como naturais. Enfrenta a questão de saber como e por qual razão a sociedade ocidental se moveu realmente de um padrão de costumes para outro, ou seja, como foi “civilizada”.

Todas as características distintivas atribuída à Civilização — a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou outras dimensões materiais — atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento. Resta saber se a mudança em comportamento, no processo social da “civilização” do homem, pode ser compreendida, pelo menos em fases isoladas e em seus aspectos elementares, com qualquer grau de precisão.

Ao olhar para o passado, espanta a sociedade humana ter se tornado predominantemente urbana há pouco tempo. Em dimensão planetária, isso ocorreu em 2010, quando a população urbana chinesa ultrapassou a rural.

No Brasil, o Censo Demográfico de 1970 registrou essa ultrapassagem. Na Índia, com apenas cerca de 1/3 de sua população morando em cidades, embora tenha o maior número de grandes metrópoles do mundo, isso ainda demorará algumas décadas para ocorrer.

Antes, em uma sociedade rural, a riqueza predominante era constituída pela posse de terras. A conquista de terras se dava pela força da violência...

As lutas entre a nobreza, a Igreja e os príncipes por suas respectivas parcelas no controle e produção da terra prolongaram-se durante toda a Idade Média. Nos séculos XII e XIII, emerge mais um grupo como participante nesse entrelaçamento de forças: os privilegiados mercadores das cidades, classificados como a "burguesia".

O senhor tinha à sua disposição os impostos de todo um feudo estava em situação de contratar mais guerreiros. Se unisse forças com outros para aumento da escala do seu exército, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra obrigatórios do vassalo feudal em troca da terra com a qual fora agraciado.

Esse processo, como todos os demais, começou muito cedo, mas só aos poucos culminou na formação de instituições definidas. Até mesmo Guilherme, o Conquistador, invadiu a Inglaterra com um exército só em parte composto de vassallos, sendo o resto constituído de cavaleiros mercenários a seu soldo.

Entre essa época e a criação de exércitos permanentes pelos senhores centrais transcorreram séculos. Um pré-requisito para a existência desses exércitos, à parte a renda crescente, gerada por impostos, era o excesso de potencial humano desocupado.

O rei, antes da Era das Dinastias, pouco mais era além de um barão, um senhor territorial entre outros de igual poder. Às vezes era até menos poderoso, caso não obtivesse com uma maior receita a possibilidade de desfrutar de uma supremacia militar sobre todas as demais forças.

A supremacia militar acompanhava a superioridade financeira. Constituiu, por conseguinte, o segundo pré-requisito decisivo capaz de permitir ao poder central de uma região assumir um caráter "absoluto".

A transformação das técnicas militares acompanhou e reforçou esse fenômeno. Graças ao lento desenvolvimento das armas de fogo, a massa de soldados de infantaria comuns tornou-se militarmente



superior aos nobres, inferiores em número e combatentes montados. Isso acontecia, também, em proveito da autoridade central.

Antes, todos os nobres eram guerreiros ou, reciprocamente, todos os guerreiros eram nobres. Esta situação começou a se transformar em outra. Nesta, o nobre era, na melhor das hipóteses, um oficial de tropas plebeias, muito necessitadas de ser remuneradas.

O monopólio das armas e do poder militar passou de toda a nobreza para as mãos de um único membro: *o rei*. Este, apoiado na renda tributária de todo o reino, podia manter um maior exército.

Por isso mesmo, a maior parte da nobreza mudou de guerreiros ou cavaleiros relativamente livres para guerreiros ou oficiais assalariados a serviço do suserano. Esses foram alguns dos principais aspectos dessa transformação estrutural ocorrida no fim da Idade Média.

Mas houve outra. A nobreza perdeu poder social com a expansão do setor monetário da economia, enquanto aumentava o poder das classes burguesas, compostas por mercadores urbanos.

Os representantes da Monarquia central absolutista, por isso mesmo, tinham de estar constantemente alerta para garantir esse equilíbrio instável no território. Quando se rompia o equilíbrio e um único agrupamento social se tornava forte demais, ou pior quando grupos aristocráticos e da alta burguesia se aliavam temporariamente, a supremacia do poder central corria sério risco ou — como no caso da Inglaterra — tinha seus dias contados.

Essas mudanças sociais levaram à instituição medieval do rei ou do príncipe. Adquiriu, séculos depois, o caráter e poder a que se referem conceitos como “absolutismo” ou “despotismo”.

Isso correspondeu à nova estrutura social com o desenvolvimento das relações humanas. Capacitaram a instituição da Monarquia a preservar essa forma por um maior ou menor período.

Nos mesmos séculos quando rei ou príncipe adquiriram status absolutista, houve a contenção e moderação das paixões e a *civilização do comportamento* aumentou visivelmente. Essa mudança

se associou à formação da ordem hierárquica, tendo à frente o governante absoluto, ou em termos mais amplos, sua *corte*.

Tornou-se obrigatória a adoção de *modos cortesês* para a frequentar. Nasceu a cortesia entre humanos de estirpe nobre para os diferenciar e discriminar os bárbaros xucros, inclusive os burgueses nessa época inicial, sem um estilo inequívoco apropriado à *corte*.

Os franceses falam de *la société polie*. Os termos franceses *bonne compagnie* ou *gens de la Court*, ou o inglês *Society*, revestem-se de conotações esnobes semelhantes.

Certas pessoas podiam exibir seu *status social*, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio mercantil. Definiam sua relação exata com todos acima e abaixo através da *maneira de cumprimentar e de escolher as palavras*. Afinal, eram pessoas de “distinção”, capazes de dominarem a “civildade”.

Norbert Elias, no livro “*O Processo Civilizador: volume 2 - Formação do Estado e Civilização*”, descreve sumariamente alguns dos mecanismos mais importantes, desde o fim da Idade Média, para aumentar o poder da autoridade central de um território.

Começa a constituir-se aos poucos, nos fins da Idade Média, não apenas uma *sociedade de corte* aqui e outra ali. É uma *aristocracia de corte* capaz de alcançar toda a Europa Ocidental a partir de seu centro em Paris.

Há dependências em todas as demais cortes e ambições em todos os outros círculos a ponto de alegarem pertencer à “Sociedade”. Notadamente, o estrato superior da burguesia e até, em certa medida, em camadas da classe de renda média sonhavam por esse reconhecimento ou pertencimento.

Os membros dessa sociedade multiforme falavam a mesma língua em toda a Europa, inicialmente o italiano e, depois, o francês. Liam os mesmos livros, tinham o mesmo gosto para vestir, as mesmas maneiras e — com diferenças em grau — o mesmo estilo de vida.

A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do “grande monarca” e depois, em termos mais gerais, a necessidade de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de

meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma *tutela dos fetos*, uma autodisciplina e um autocontrole, enfim, uma racionalidade distintiva exigida na corte. No início, o cortesão parecia a seu opositor burguês do século XVIII como o supressum do *homem de razão iluminista*.

Nessa *sociedade aristocrática de corte*, anterior ao Estado-nacional, foram modeladas ou, pelo menos, preparadas partes dessas injunções e proibições ainda hoje percebidas, não obstante as diferenças nacionais, como algo comum ao Ocidente. Foi a adoção delas capaz de selar os povos do Ocidente, a despeito de suas diferenças, como *uma civilização específica*.

A *civilização da conduta*, bem como a correspondente transformação da consciência humana e da composição da libido, não podem ser compreendidas sem um estudo do processo de transformação do Estado. No seu interior, devido ao processo crescente de centralização da sociedade, encontrou-se a primeira expressão visível na *forma absolutista de governo*.

## A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno

O vencedor do *National Book Award* 2011 e do Prêmio Pulitzer 2012 foi o livro *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*. Stephen Greenblatt apresenta a tarefa dos “caçadores de livros” do pré-Renascimento em busca do conhecimento acumulado na Antiguidade.

Sábios sacerdotes cristãos se transformaram por causa desse resgate da cultura pagã (politeísta ou ateia) dos filósofos gregos e romanos. Ela tinha sido dizimada pela intolerância religiosa, durante a *Era das Trevas*, isto é, o milênio entre o século IV e o Século XV.

Mesmo nessa época mais obscura, mosteiros em lugares quase inacessíveis, através de seus monges copistas, preservaram algumas obras primas em suas bibliotecas. Com isso, possibilitaram o Renascimento, ou melhor, o Nascimento do Mundo Moderno!

Segundo o poeta da época do Império Romano, Lucrécio, tudo existente é fruto de *virada*: um pequeno desvio dos átomos tira as

coisas de sua trajetória natural para *criar o novo*. Em uma colisão aleatória de diferentes moléculas, *surge a vida*.

Com uma mutação genética espontânea, *cria-se uma nova espécie*. Inspirado no *atomismo* de Epicuro, o filósofo da sabedoria de *viver com prazer*, inspira a Teoria da Aleatoriedade. Ela permite entender *o caos da história humana*: o eterno movimento criação-destruição-reconstrução.

Foi resgatada das prateleiras de uma biblioteca monástica a obra-prima de Lucrecio, o poema *Da natureza*, até então dado como perdido. Era um belo poema com *ideias consideradas então perigosas*:

1. o universo funciona sem o auxílio dos deuses,
2. o medo religioso destrói a vida humana,
3. prazer e virtude não são opostos, mas sim estão interligados.

A maioria das cópias de manuscritos do mundo antigo foi feita por escravos educados. A tarefa humilhante, além de tediosa, era uma combinação perfeita para *o projeto ascético de disciplinar o espírito*.

Quem escrevia bem com uma caligrafia fina e clara, possível dos monges ler com facilidade, e com uma precisão absoluta na transcrição, eram valorizados. Na tabela de pagamentos de reparação por causa de eventual assassinato, a perda de um escriba equivalia à perda de um bispo ou de um abade!

A maioria dos livros do mundo antigo tinha a forma de *rolos* – a palavra “volume” vem de *volumen*, termo latino para designar algo *rolado* ou *enrolado* –, mas no século IV os cristãos tinham optado por um formato diferente, o *códex*, do qual derivam os livros conhecidos. O *códex* tem a imensa vantagem de propiciar ao leitor uma facilidade muito maior para se localizar na leitura: o texto pode ser convenientemente *paginado e indexado*. As páginas podem ser viradas com rapidez até se chegar ao ponto desejado.

Só com a invenção do computador pessoal, com suas funções superiores de busca, se superou o formato simples do *códex*. Voltamos a falar de “rolar” um texto de *ebook* em *tablets*...

Como o papiro das margens do Rio Nilo não estava mais disponível e o papel só foi se tornar artigo de uso comum no século XIV, por mais de mil anos o principal material usado para a escrita de livros era feito de couro de animais como vacas, ovelhas, cabras e, ocasionalmente, cervos. Essas superfícies tinham de ser alisadas inclusive com pedra-pomes para raspar os pelos restantes e deixa-las como pergaminho mais fino para facilitar o trabalho dos escribas.

Voltando ao citado *Da Natureza*, a obra de Lucrécio é a de um discípulo do Epicuro. Transmite ideias desenvolvidas sobre a sabedoria de viver com prazer.

O núcleo de sua visão pode ser reduzido a uma única ideia incandescente: tudo já existente é (e tudo ainda a existir será) montado a partir de partículas indestrutíveis de dimensões diminutas, mas inimaginavelmente numerosas. Os gregos tinham uma palavra para essas partículas invisíveis, coisas não possíveis de ser divididas em elementos menores: *átomos*.

O físico Joseph John Thomson descobriu os *elétrons*, em 1897, por meio de experimentos envolvendo raios catódicos. São afetados por campos elétricos e magnéticos.

Deduziu a deflexão dos raios catódicos por estes campos serem desvios de trajetória de partículas muito pequenas de carga negativa, os *elétrons*. Thomson propôs, então, o átomo ser divisível em partículas carregadas positiva e negativamente (*prótons* e *nêutrons*), contrariando o modelo indivisível de átomo, proposto por atomistas na Grécia antiga, há mais de dois milênios.

Epicuro aos doze anos ficou contrariado porque seus professores não sabiam explicar o significado do caos. A antiga ideia dos átomos de Demócrito lhe parece o caminho mais promissor. Aos 32 anos de idade, em um jardim de Atenas, Epicuro construiu toda uma explicação do Universo e uma Filosofia da Vida Humana.

Constantemente em movimento, os átomos colidem uns com os outros, raciocinava Epicuro, e em certas circunstâncias formam corpos cada vez maiores. Os maiores então observados – o Sol e a Lua – são feitos de átomos, assim como os seres humanos e até as moscas e os grãos de areia.

Não há super categorias da matéria. Logo, não há uma hierarquia dos elementos.

Os corpos celestes não são seres divinos capazes de definir nosso destino para o bem ou para o mal. Também não se movem pelo vazio guiados pelos deuses: eles simplesmente fazem parte da *ordem natural*, são imensas estruturas de átomos sujeitas aos mesmos princípios de criação e destruição governantes de tudo existente.

Se a ordem natural é inconcebivelmente vasta e complexa, mas é possível compreender parte de seus constituintes básicos e de suas leis universais. Na verdade, essa compreensão é um dos maiores prazeres humanos!

Uma afirmação filosófica de o objetivo final da vida ser o prazer era escandalosa, tanto para os pagãos politeístas como para seus adversários, os judeus e depois os cristãos monoteístas. O prazer como bem maior?! Em lugar de adorar os deuses e os ancestrais? E servir à família, à cidade, ao Estado? E observar escrupulosamente as leis e os mandamentos? Nega a busca da virtude ou uma visão do divino?!

Essas afirmações opostas inevitavelmente acarretavam formas ascéticas de autonegação, auto sacrifício e até de autodesprezo. Nenhuma delas era compatível com a busca do prazer como bem maior.

Havia um medo oculto de maximizar o prazer e evitar a dor. Caso essa máxima tivesse sucesso como princípios racionais de organização da vida humana, todo um conjunto de princípios tradicionais impostos pela doutrinação – *sacrifício, ambição, status social, disciplina, fé* – seria questionado, junto com as instituições a quais esses princípios serviam de *ideologia de coesão*.

O ódio pela busca do prazer e uma visão da ira providencial de Deus enterraram o epicurismo por séculos de obscurantismo, tachado pelos fiéis de “insano”. Os cristãos tinham de recusar essa atração e compreender o prazer significar *devassidão*.

Hoje, a Psicologia de Massas do Fascismo explica a sensação orgástica do vandalismo por parte dos xucros interioranos, criados

com repressão sexual por famílias evangélicas autoritárias. Quando se encontraram nos acampamentos em frente aos quartéis com gente semelhante, liberaram a libido, inclusive os idosos com ressentimento pela perda de reconhecimento familiar, profissional e social.

Os neofascistas tupiniquins reconheceram a liderança de um militar populista de extrema-direita e desabafaram todo seu ódio pela derrota eleitoral perante a esquerda. Atacaram sedes dos Poderes Republicanos!

## Os Anjos Bons da Nossa Natureza

Steve Pinker, em seu livro "*Os Anjos Bons da Nossa Natureza*", cita do ano 900 até o presente (2013), ou seja, em mais de um milênio, ter havido em média aproximadamente dois novos conflitos por ano. A guerra não só prevalecia na *prática*, mas também era aceita na *teoria*.

Entre as classes dirigentes, "a paz era vista como um breve intervalo entre duas guerras". A guerra era, em si mesma, meritória e gloriosa, "uma atividade quase automática, parte da ordem natural das coisas".

Por qual razão se lutava? Os motivos eram *as três principais causas de contenda*, identificadas por Hobbes:

1. Predação, sobretudo, de terra;
2. Prevenção, contra a predação por terceiros;
3. Dissuasão crível ou por honra.

A principal diferença entre as guerras europeias e as anteriores incursões e rixas entre tribos, cavaleiros ou chefes militares, era as guerras serem travadas por unidades políticas – e não mais por senhores feudais ou clãs. A conquista e a pilhagem eram as principais vias de mobilidade ascendente nos séculos quando a riqueza consistia em *terra e recursos naturais* em vez de *comércio e inovação*.

Em *War in International Society: A Study in International Sociology* (1986), Evan Luard sugere: os conflitos armados na Europa

podem ser divididos em cinco "Eras". Cada qual pode ser definida pela natureza dos blocos em luta pela dominância.

Ele chama a primeira de suas Eras, a de 1400 a 1559, de *Era das Dinastias*. Nessa época, as "casas" reais, ou coalizões estendidas baseadas em parentesco, competiram pelo controle de territórios na Europa.

Governantes sempre se defrontaram com o dilema de como conciliar sua *sede de poder eterno* com a noção de sua *mortalidade*. Uma solução natural foi designar como sucessor um descendente, em geral o filho primogênito.

O afeto filial, supostamente, deveria inibir qualquer inclinação do sucessor a apressar as coisas com um *regicídio*. Mas as diversas realidades biológicas, provocadas pelo real instinto sexual, deram margem à discórdia em torno de quem era o sucessor adequado de um monarca morto. Bem, os europeus resolveram essas discórdias em incontáveis *guerras dinásticas*.

De 1559 até 1648, ocorreu a *Era das Religiões*. Coalizões religiosas rivais, frequentemente aliadas a governantes, seguiam o princípio *Um Rei, Uma Lei, Uma Fé*. Lutaram pelo controle de cidades e Estados em no mínimo 25 guerras internacionais e 26 guerras civis.

Geralmente, protestantes guerreavam contra católicos, mas também facções católicas e ortodoxas competiram entre si na Rússia, países cristãos lutaram contra os turcos muçulmanos, e muçulmanos sunitas e xiitas travaram quatro guerras contra a Turquia e a Pérsia, atual Iraque.

Essa Era bateu recordes de *mortandade* em parte por causa de avanços na tecnologia militar com o mosquete, o pique e a artilharia. Mas a causa maior foi a *exaltação religiosa* e, sobretudo, a *extensão da guerra aos civis*.

Ocorreu o nunca igualado pico nas durações de cada guerra, atingindo até três décadas. As guerras religiosas não foram apenas intensas, mas também intermináveis.

Conforme as questões religiosas passaram a predominar sobre as políticas, quaisquer negociações com os inimigos de um Estado



foram, cada vez mais, parecendo *heresia e traição*. O fervor ideológico atuava como acelerador de uma conflagração militar.

O Tratado de Westfália em 1648 não só pôs fim às *guerras religiosas*, mas também estabeleceu a *primeira versão da ordem internacional moderna*. Para a instaurar a paz na Europa, a principal imposição foi nivelar o poder dos países e garantir uma diplomacia permanente para manter um equilíbrio internacional de poderes, assegurando a *anti-hegemonia*. Imaginava-se demarcar o fim dos impérios ou dinastias e o nascimento do Estado Moderno.

A Europa foi então dividida em *Estados soberanos*, em vez de continuar a ser composta por inúmeros *feudos ou reinos independentes*. Antes, as jurisdições eram nominalmente supervisionadas pelo papa e pelo Sacro Imperador Romano.

Uma importante razão do declínio numérico das guerras, inclusive civis, foi a *diminuição do próprio número de unidades políticas capazes de lutar entre si*. Encolheu de quinhentos na época da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) para menos de trinta nos anos 1950.

Essa *Era da Soberania* viu a ascensão dos Estados, embora ainda ligados a dinastias e religiões, mas cujo prestígio dependia, na verdade, de seus governos, territórios e impérios comerciais. Essa consolidação gradual dos Estados soberanos originou duas tendências opostas encontradas em todos os estudos estatísticos da guerra: as guerras estavam se tornando *menos frequentes, porém, mais destrutivas*.

Antes, na Europa medieval da Era das Dinastias, os governantes em vez de armar e treinar seus camponeses, preferiam formar *milícias ad hoc*: contratavam mercenários ou recrutavam hereges ou pobretões incapazes de pagar para escapar. Embora a serviço do rei, era comum os milicianos buscarem sua remuneração espoliando a população civil: confiscavam, estupravam, pilhavam, extorquiam.

Quando desmobilizados, continuavam com as mesmas práticas sem proteção régia: *os marinheiros viravam piratas e os soldados viravam bandidos*. No Brasil, observa-se ainda resquícios dessa atitude.

Gradualmente, as Forças Armadas se tornaram mais unificadas e permanentes, ganhando eficácia. Durante a *revolução militar*, ocorrida nos séculos XVI e XVII, os Estados começaram a formar exércitos profissionais permanentes.

Recrutavam muitos homens nas várias camadas da sociedade em vez de buscá-los apenas na pior ralé. Recorriam a uma combinação de treinamento, doutrinação e punição brutal para prepará-los para o combate organizado.

Incutiam nesses militares um código de disciplina, estoicismo e valor. Logo, quando dois desses exércitos se enfrentavam, elevava-se, velozmente, a contagem de cadáveres.

Durante esse longo robustecimento do poder militar, uma segunda força (aliada à consolidação dos Estados) levou à diminuição da frequência dos combates. No século XVIII, potências imperiais como Holanda, Suécia, Dinamarca, Portugal e Espanha pararam de competir no *jogo de poder geopolítico* e redirecionaram suas energias para a *conquista do comércio internacional*.

Esse período relativamente pacífico de 1713 a 1789 foi parte da Revolução Humanitária ligada à *Era da Razão*, ao Iluminismo e ao nascimento do liberalismo clássico. O abrandamento do fervor religioso significou as guerras deixarem de ser inflamadas por ideias escatológicas, permitindo aos líderes firmar tratados de paz em vez de lutar até o último homem.

A Revolução Francesa e as guerras revolucionárias e napoleônicas na França causaram cerca de quatro milhões de mortes. É designado 1789 como o ano inicial da *Era do Nacionalismo*.

Os participantes da precedente Era da Soberania haviam sido impérios dinásticos espalhados. Eles não se definiam como “nação” no sentido de a maioria dos habitantes compartilhar uma terra natal, uma língua comum e uma cultura.

Essa nova Era foi povoada por Estados mais bem alinhados como nações. Competiam com outros Estados-nações pela predominância.

Anseios nacionalistas desencadearam trinta guerras de independência na Europa e levaram à autonomia da Bélgica, Grécia,

Bulgária, Albânia e Sérvia. Também inspiraram as guerras de unificação nacional da Itália e Alemanha.

Os povos da Ásia e da África não eram considerados dignos de autoexpressão nacional, por isso os Estados-nações europeus trataram de aumentar sua glória ao colonizá-los. Como contrapartida, houve *a descolonização política da América espanhola e portuguesa*, embora fosse submetida à espécie de *colonização comercial pela Inglaterra*.

A Primeira Guerra Mundial, nesse esquema, é a culminância desses anseios nacionalistas. Foi desencadeada pelo nacionalismo sérvio contra o Império Habsburgo, inflamada por lealdades nacionalistas capazes de jogarem os povos germânicos contra os eslavos e, logo depois, contra os britânicos e franceses. Terminou com o desmembramento dos impérios multiétnicos Habsburgo e Otomano, dando origem aos Estados-nações da Europa Central e Oriental.

Alguns analistas encerram essa Era do Nacionalismo em 1917. Esse foi o ano quando os Estados Unidos entraram na guerra e a redefiniram como uma luta da democracia contra a autocracia. No mesmo ano, a Revolução Russa criou o primeiro Estado autodenominado comunista.

O mundo entrou na *Era da Ideologia*, na qual a democracia e o comunismo lutaram contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial e um contra o outro durante a Guerra Fria. Pinker acha essa Era ter sido concluída em 1989 com a Queda do Muro de Berlim. E talvez possa ter sido iniciada, de fato, em 1789.

Michael Howard entende melhor os dois séculos passados (1789-1989) vendo-os como uma batalha por influência entre quatro forças. Ocasionalmente, elas se juntaram em coalizões temporárias:

1. Humanismo esclarecido;
2. Conservadorismo;
3. Nacionalismo; e
4. Ideologias utópicas.

Steven Pinker, radicalmente, acha "é melhor classificá-la como *a primeira implementação do fascismo*". Embora Napoleão realmente realizasse algumas reformas racionais (como sistema métrico e códigos de Direito Civil), na maioria dos aspectos ele retrocedeu em relação aos avanços humanistas do Iluminismo:

1. Assumiu o poder recorrendo a um golpe de Estado;
2. Eliminou o governo constitucional;
3. Reinstituuiu a escravidão;
4. Enalteceu a guerra;
5. Obrigou o papa a coroá-lo imperador;
6. Restaurou o catolicismo como religião do Estado;
7. Instalou o nepotismo com três irmãos e um cunhado em tronos estrangeiros; e
8. Empreendeu implacáveis campanhas de aumento territorial com uma criminosa desconsideração pela vida humana.

Quando os monarcas se converteram em ícones de suas nações, o *conservadorismo* e o *nacionalismo* gradualmente se fundiram. Os Estados-nações emergiram e propiciaram o novo *establishment* ambicionado pelos conservadores.

Por fim, segundo Pinker (2012: 337), "a doutrina gerou os movimentos nacionalistas messiânicos, militantes e românticos do *fascismo* e do *nazismo*. Uma interpretação semelhante da história como uma irreprimível *dialética de libertação violenta*, porém, substituindo as nações pelas classes sociais, tornou-se o alicerce do *comunismo* no século XX".

Pior, os *componentes psicológicos da guerra* ainda não desapareceram: dominância, vingança, insensibilidade, tribalismo, pensamento de grupo, autoengano...

## Civilização e Inovação

Ademar Ribeiro Romeiro, inicialmente, lançou o Texto para Discussão do IE-UNICAMP (TDIE) n. 312, postado em agosto de 2017, *História do crescimento econômico: as origens político-culturais da Revolução Industrial* (116 páginas). Em julho de 2020, seu TDIE 386 se intitulava *Why the Industrial Revolution was a civilizational path dependent phenomenon* (37 páginas). Depois, em maio de 2021, lançou o TDIE 410: *Civilização e Inovação: Porque a Revolução Industrial foi um Fenômeno Dependente de uma Trajetória Civilizacional* (109 páginas). Todos compõem parte de seu livro – *Civilização e Inovação* – ainda a ser publicado.

Muitas vezes convivemos anos no mesmo ambiente institucional, mas mal nos encontramos com os colegas para debater nossas pesquisas e trocarmos conhecimentos. A *ultra especialização*, agora, está sendo superada pela Ciência da Complexidade *transdisciplinar*.

Para compreendermos mais o mundo, necessitamos de apoio de todas as áreas de conhecimento. Isto sem falar de *big data* processado computacionalmente.

Despertou-me o interesse em ler e debater o livro do colega, em especial, por seus comentários sobre *familismo e tribalismo*. Acho necessário incorporar categorias antropológicas e sociológicas como *clãs, dinastias e castas* em análise transdisciplinar da realidade.

Romeiro resume bem sua “tese”, defendida com argumentação histórica. De acordo com sua interpretação, *a Revolução Industrial foi um fenômeno dependente de trajetória civilizacional*. Ela não poderia ter ocorrido como resultado de *fatores contingentes*, tais como imperialismo e/ou exploração colonial, expansão comercial, governança ou geografia.

A “revolução industrial” seria *peculiar* no sentido de ter superado dois obstáculos conservadores, compartilhados por todas as civilizações:

1. *a resistência às inovações* ameaçadoras da estabilidade da ordem socio-política estabelecida; e

2. o *fatalismo cultural* reforçador da estabilidade das ordens sociopolíticas.

Seria *um processo longo* por causa da necessidade de acumulação do conhecimento. Crescimento econômico de longo prazo é subversivo, por ser dependente da introdução contínua de inovações disruptivas, *a destruição criativa*, de acordo com Schumpeter.

A *abordagem eurocêntrica* desenvolvida por Romeiro considera os principais fatores determinantes da trajetória em direção à Revolução Industrial serem *endógenos*, peculiarmente europeus. Para explicar essa dependência de trajetória, amplia o período de análise de modo a ter em conta *as características civilizacionais europeias* desde sua formação no período medieval.

Desse modo, desdenha a *abordagem marxista da acumulação primitiva* (pré-capitalista) de capital-dinheiro na própria Europa e fora dela. Caso contrário, veria o saque imperialista/colonial com um papel decisivo, além dos mercados externos de importação e exportação. Ele, sob a proteção da Marinha Real britânica, endividou e subordinou Portugal e sua colônia na América do Sul, de modo a repassar o ouro extraído em Minas Gerais para financiamento da Revolução Industrial inglesa.

O primeiro TDIE de Romeiro já é um pequeno livreto. Resumirei aqui somente suas ideias-chaves, destacando sua comparação entre as Ordens Sociais *Familísticas* e as Ordens Sociais *Estatais*.

Discute porque a Revolução Industrial chinesa foi rejeitada, anteriormente, ao comparar com o caso da Europa, onde o legado medieval da cosmovisão judaico-cristã propiciou o surgimento do *individualismo* e do *império da lei*: dois fatores decisivos para o *excepcionalismo europeu*. Ambos propiciaram o enfrentamento e/ou o controle social do Estado absolutista.

A religião, as instituições e a lei levaram à *democratização da governança*. Esta é uma expressão difícil de ser aceita quando se pensa na colonização, escravidão e nobreza esnobe das Monarquias europeias.

Os diversos estados feudais se uniram em um processo de centralização estatal absolutista, mas houve o contraponto francês: a *revolução republicana burguesa*. Ocorreu um século após a Revolução Inglesa, no fim do século XVII, quando houve a adoção da Monarquia constitucionalista.

Romeiro trata ainda da acumulação de capital na agricultura, da dinâmica da mudança técnica, relacionando a acumulação de capital agropecuário e o capitalismo, surgido com a Revolução Comercial. Havia, na Europa, um *Estado peculiar*, constituído a partir de *comunas e guildas comerciais*.

Propiciou o *sistema de responsabilidade comunitária*, a revolução pré-industrial com domínio de energia, ferro e pedra, especialização e divisão do trabalho. Teve como efeitos colaterais o desflorestamento e poluição do carvão, provocando a *catástrofe econômico-ecológica* do século XIV.

Dado o objetivo deste meu artigo-resenha, lembro a contribuição conceitual de Nikolai Kondratiev (1892-1938), um economista russo conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o *fenômeno das "ondas longas"*. Para ele, os movimentos cíclicos duravam aproximadamente 50 anos – e não de quase um milênio (1000-1800) como proposto por Romeiro.

Os *ciclos de Kondratiev*, uma tentativa de generalização histórica, teve como o maior divulgador Joseph Schumpeter com seus *Ciclos de Negócios*. Ele trata os ciclos de na maneira similar a Kondratiev, a partir da quebra do equilíbrio econômico, proporcionada pelo aparecimento da *inovação disruptiva*, realizada pelo empreendedor capitalista, e do crédito farto e barato.

Romeiro adota um *neo-schumpeterianismo*. Outros autores *liberais e/ou institucionalistas*, mais recentemente, pretendem preencher as lacunas da Teoria de Ondas Longas com uso de novos conceitos teóricos.

Nassim Nicholas Taleb destaca os conceitos de *aleatoriedade*, *incerteza* e *caos*, fenômenos encontráveis na história humana. Ao debater se *a história importa*, divergências consideráveis surgem quanto à importância concedida ao tema da *contingência* e à

especificação dos tipos de sequências de eventos possíveis de ser considerados como *dependentes da trajetória*.

No *institucionalismo* ou na *análise histórica comparativa*, um dos principais argumentos é o de as escolhas realizadas no momento de formação das instituições e das decisões políticas exercem um efeito de constrangimento sobre o seu futuro desenvolvimento em razão da *tendência inercial* dessas instituições serem capazes de bloquear ou dificultar subsequentes mudanças. A *dependência de trajetória* terá uma contínua influência amplamente dominante.

A depender de uma trajetória específica, seria necessário um grande esforço ou até mesmo um *choque externo* para alterar a direção e o curso das instituições em momentos posteriores. Um modelo de causalidade social é dependente da trajetória (*path dependent*).

Romeiro rejeita o postulado tradicional de as mesmas forças operativas gerarem os mesmos resultados em todos os lugares. Por qual motivo *buscar uma causa única para tudo*, reduzindo o conhecimento sobre o mundo diversificado?

A mente humana abomina complexidade com múltiplos componentes heterogêneos interagindo e propiciando a emergência de um sistema complexo. O desafio intelectual, inclusive na interpretação da história, é tornar essa configuração inteligível, *transformando complexidade em simplicidade* ao destacar os nódulos principais das redes de relacionamento entre esses diversos componentes.

A posteriori, alguns historiadores escrevem como fossem capazes de prever todos os eventos históricos já transcorridos! Uma abordagem comum entre eles é *excluir o extraordinário* e concentrar-se no "normal". Deixa-se de lado as "peculiaridades" – o *contingente* ocorre por acaso ou por acidente, ou seja, é acidental ou casual – e estuda-se apenas aquilo recorrente.

A *falácia narrativa* surge porque os humanos gostam de contar e escutar histórias lógicas, apreciam resumir ou simplificar, reduzindo a dimensão das questões complexas. A predileção é por *narrativa histórica curta ou compactada* para o limitado cérebro da "burrice natural" (frente à IA) conseguir absorver e/ou memorizar.



Para tanto, não conseguem olhar para sequências de fatos sem *sobrepôr uma explicação causal nelas*, baseada em correlação espúria. *Forçam uma ligação lógica*, uma seta de relacionamento causal entre elas.

É necessário um esforço sobre-humano para se ver apenas os fatos (e lembrar-se deles), abstendo de julgamentos e resistindo às explicações. Abster de julgar vai contra a natureza humana.

Em sentido estrito, a história não deveria ocupar-se de estágios de desenvolvimento social nem de séculos de análise da cultura da humanidade. Ao contrário, as nações da Europa deveriam ser consideradas em si. Os fatos levantados deveriam ser analisados apenas com a preocupação de entender essas nações, sem procurar relacioná-las com o mundo de maneira geral, inclusive suas colônias ultramarinas – e, no caso, o vasto Império Britânico (1583 – 1997).

A *genealogia institucionalista* busca comprovar uma hipótese apriorística: as instituições vencedoras foram as legadas pelo credo liberal *avant la lettre*. No caso, coloca o foco em um dos quatro instintos humanos básicos: o da *competição*. Porém, ao selecionar apenas essa genealogia institucional, esquece-se das demais instituições, geradas pelos outros instintos de *cooperação ou proteção, reprodução e sobrevivência*.

Romeiro dedica a primeira parte de seu livro para mostrar as origens medievais do processo de crescimento econômico sustentado capaz de levar até à Revolução Industrial. Mostra as origens medievais da própria Civilização Ocidental, incluindo a herança greco-romana nessas origens.

No período medieval, a herança greco-romana se fundiu com as tradições tribais germânicas sob a égide do Cristianismo em expansão e afirmação. Em um contexto de fragmentação geopolítica e de poder, deu origem a uma civilização mutante.

Teria sido movida pela introdução incessante de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais. O legado medieval condicionou uma trajetória *sui generis* das ordens político/sociais consolidadas nos Estados nacionais.

Romeiro começa sua análise com uma breve discussão sobre as origens das formas de *organizações sociais estatais*, sem as quais não há crescimento econômico sustentado. Durante a maior parte da história do *homo sapiens*, a humanidade se organizou em *ordens sociais familistas*, tendo por base afinidades familiares, seja sob a forma de *bandos*, seja sob a forma de *tribos*.

Nessas condições, perdurantes por dezenas de milhares de anos, não houve crescimento econômico, nem tampouco mudanças organizacionais/culturais significativas.

Presume a origem das formas de organizações sociais estatais ter a mesma explicação da passagem da organização em *bandos* para a de *tribos*. A partir do surgimento da primeira tribo, suas óbvias *vantagens militares* dão origem a um processo de formação de tribos também por parte dos bandos ameaçados. Analogamente, as vantagens militares de alguns Estados provocam outros se organizarem de forma similar.

O argumento da *Teoria da Intimidação ou Geopolítica da Dissuasão* é atemporal. Vai desde a formação dos Estados nacionais até a proteção sob o domínio das Potências Nucleares.

O *familismo*, herdado das ordens sociais tribais, somente na Europa Ocidental irá ser superado, constituindo-se em um dos fatores de seu *excepcionalismo*. Esta hipótese levantada por Romeiro parece ser falseada frente às suas dinastias monárquicas.

Seja as tribos chinesas, seja as tribos germânicas, em ambos os territórios, *a formação dos Estados foi impulsionada pela guerra*. Levou a uma progressiva consolidação dos territórios controlados por senhores da guerra em *Estados nacionais*, com centralização do poder político e desenvolvimento de uma administração impessoal moderna.

Diferentemente dos europeus, entretanto, os diversos Estados chineses acabaram por se consolidar em um único e gigantesco *Estado unificado*, um dos mais precoces historicamente. Foi também o primeiro a possuir uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis recrutada por critérios impessoais de eficiência: *um Estado centralizado, burocrático e imensamente despótico*, sem

contraponto de outros centros institucionalizados de poder de modo a limitar o poder dos governantes.

Na Europa, o poder dos monarcas foi contrabalançado pelo poder:

1. da aristocracia hereditária, baseada em territórios,
2. das cidades independentes, controladas por uma classe mercantil,
3. de uma organização religiosa independente, e
4. de outros grupos autônomos.

A *modernidade política* precoce na China, em uma enorme área geográfica, não foi acompanhada pela *modernidade econômica* representada pela ascensão de uma *economia capitalista de mercado*. Tampouco foi acompanhada pela *modernização social*, pois *estruturas familísticas* não foram superadas pelo *moderno individualismo* e continuam a coexistir com uma administração impessoal até hoje.

O sistema político chinês era baseado em monarquias hereditárias, conhecidas como *dinastias*. Tiveram seu início com a semimitológica Xia (aproximadamente 2 000 a.C.) e terminaram com a queda dos Qing, em 1911.

O sentimento de unidade cultural e/ou autossuficiência chinesa – “tudo o que importa sob o sol” –, propiciado pela elite de funcionários desse Estado centralizado moderno, *os mandarins*, formava o núcleo fundamental responsável pelo desenvolvimento de uma cultura comum a todas as dinastias. “Governar o todo era mais legítimo em vez de governar suas partes componentes”.

Romeiro distingue o caso da Europa Ocidental do caso da China: “a emergência dos Estados centralizados europeus ocorreu, posterior e/ou concomitantemente, com a emergência dos elementos constitutivos de *uma ordem político/social mais democrática*”.

Tive dificuldade com *a carência de datação* desse argumento, pois a Monarquia Absolutista foi muito comum na Europa ocidental entre a segunda metade do século XVI e o fim do século XVII, quando surge a Monarquia Constitucionalista inglesa, onde o

Parlamento governa. Na maioria das nações europeias, o *absolutismo* era baseado na crença da *predestinação divina dos monarcas dinásticos*.

A situação de *fragmentação de poder*, na Europa, decorreu de fatores geopolíticos com Estados em competição, bem como, dentro de cada Estado, do entrelaçamento de fatores culturais e políticos se reforçando mutuamente e dando origem a *instituições e organizações independentes do Estado*. Estas são condições essenciais para evitar a formação de regimes excessivamente despóticos.

As *liberdades individuais* no plano social (*o individualismo*) começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo, argumenta Romeiro. Creio ser equivocado falar em *liberdades individuais* com a *servidão feudal* e, depois, a *escravidão* nas colônias.

Do mesmo modo, afirma, o *Império da Lei* precede a concentração do poder político em Estados centralizados. Instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como *assembleias representativas*, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar.

O *individualismo* junto com o *Império da Lei* foram *fatores decisivos do excepcionalismo europeu*. A viabilidade de um Estado depende de um deslocamento da lealdade dos indivíduos do clã familiar para o ente estatal. O *individualismo* é importante ainda para a expansão de uma economia de mercado exigente do estabelecimento de *relações de confiança entre não parentes*.

Romeiro afirma, no caso europeu, as *redes de relações familísticas* como base do jogo político desapareceram com a emergência desde o feudalismo. Achei contrafactual essa afirmação, porque a *Era das Dinastias* ocorreu nos séculos XV-XVI (1400-1559), quando justamente as dinastias familiares buscavam conquistar territórios, disputando-os inclusive entre descendentes do mesmo tronco familiar.

Ele alega esse desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente. A primeira foi a capacidade de influência sociocultural da Igreja católica ao difundir *um novo padrão de casamento*, onde o inter primos foi banido, estimulando a *exogamia*.

A segunda força em ação na *destruição das relações familísticas* como base da organização social teria sido a forma peculiar do feudalismo europeu. Emergiu como resposta de autodefesa, em um contexto de caos imenso, exigente de encontrar formas de articulação entre grupos isolados, ou seja, não relacionados familiarmente: *o sistema de vassalagem*.

Romeiro alega a essência do feudalismo ter sido *a submissão voluntária de um indivíduo a outro*, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço. Na realidade, todas as famílias dos servos eram submissas ao senhor.

Para ele, as instituições sociais de caráter feudal, baseadas em *contrato voluntário entre suserano e vassalo*, em vez de relações de parentesco, reforçavam *o individualismo*, bem como a ampliação do entendimento sobre *personalidade legal*. Desse modo, *a sociedade europeia era individualista* no sentido de os indivíduos – e não suas famílias ampliadas (*clãs*) – serem os tomadores de importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais.

Pensava eu o *casamento arranjado* ser um costume desde as primeiras tribos humanas até as nobrezas europeias contemporâneas. Em 11 de dezembro de 1936, por exemplo, o rei Eduardo VIII da Inglaterra decidiu abdicar do trono por amor a Wallis Simpson, uma plebeia norte-americana divorciada duas vezes. O escândalo sacudiu a corte britânica.

Romeiro afirma, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas em comparação a qualquer sociedade contemporânea a elas.

Trata-se, segundo sua argumentação, de *um quadro institucional de governança único*. Muito antes da consolidação do Estado moderno, na Europa medieval, Estados fragmentados em equilíbrio instável garantiram ordens sociais mais compatíveis com o florescimento de indivíduos e iniciativas particulares inovadoras, fundamentais para o futuro capitalismo.

Sob deste quadro institucional, e por causa dele, conclui Romeiro, um *longo período de crescimento econômico sustentado* irá

ocorrer sobretudo a partir do século XI até a crise do século XIV. Argumenta ter sido um processo de crescimento “schumpeteriano”, pois teve seu motor principal na introdução de *inovações técnicas, organizacionais e institucionais*. Mas, nessa época, faltava as duas outras pernas das ideias-chave de Schumpeter: o *empreendedorismo* e o *crédito farto e barato*.

Estranho esse argumento de *avanço tecnológico* ser coincidente o *atraso em saúde* visto durante a *Peste Negra*, cujo pico foi nos anos de 1347 a 1351. A pandemia dizimou metade da população europeia. A população mundial, estimada antes em 450 milhões pessoas, teria caído para 350 a 370 milhões sobreviventes.

Concordo, no entanto, com o argumento de a *Revolução Comercial*, promovida pelas cidades-estados, ter sido o resultado de um conjunto de *inovações contábeis, financeiras, políticas e institucionais*. As cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo de independência, inclusive com criação de bancos – o primeiro em 1406 –, e ele foi se estendendo por toda Europa.

A expansão comercial propiciada por “governos de mercadores, por mercadores e para mercadores”, criado pelo *sistema de responsabilidade comunitária*, unificou comercialmente toda Europa e essa com o Oriente e o norte da África. A expansão da *produção manufatureira*, estimulada pela expansão comercial, pode ser caracterizada também como uma *Revolução Produtiva*, ou seja, uma *Revolução Pré-Industrial*.

Por sua vez, as *corporações de ofício* nas cidades tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos. Tinham a mesma origem de suas congêneres comerciais, nas *confrarias de ajuda mútua*, com seus respectivos santos padroeiros, caracterizando a vida social em evolução nas cidades.

Romeiro, portanto, defende a tese de a *Revolução Industrial* ter ocorrido na Europa como *resultado de uma evolução político-cultural peculiar com início na Idade Média*. Ela começou com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e se encerrou com a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turcos-

otomanos, em 1453. Os *feudos* existiram até o século XIII, quando surgiram Monarquias centralizadas e/ou absolutistas.

“No fim do período medieval, a Europa Ocidental já teria saltado à frente da China, até então a região mais desenvolvida em termos de desenvolvimento social”. Isso não ocorreu com as Guerras do Ópio Anglo-Chinesas (1839-1842 e 1856-1860), quando a Inglaterra viciou a população chinesa e depois a massacrou com sua Marinha Real?

Posteriormente, argumenta Romeiro, com a ascensão dos Estados nacionais centralizados, muitas das organizações medievais com papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia, como:

1. as corporações de ofício,
2. as cidades autônomas,
3. a própria Igreja.

No entanto, o fundamental do *legado medieval* irá permanecer:

1. o Império da Lei,
2. o individualismo,
3. as assembleias representativas,
4. o respeito às profissões,
5. o embrião de uma cultura do progresso.

Meu colega, Ademar Romeiro, surpreendeu-me com uma argumentação desconhecida por mim: *tenho de rever meus conceitos sobre a Era Medieval*. Não teria sido uma “idade das trevas” com longas deteriorações cultural e econômica, ocorridas na Europa, em consequência do declínio do Império Romano, pelo contrário, teria fornecido as condições iniciais para a Revolução Industrial no fim do século XVIII. Não é discutível estabelecer essa “linha de partida” quase um milênio antes da mal chamada “Revolução Industrial” inglesa?

Uma crítica para ser construtiva necessita sugerir algo para ser colocado no lugar do objeto criticado, no caso, *o método de análise eurocêntrico – e não sistêmico*. Eu diria: a “tese” de Romeiro é a equivocadamente chamada Revolução Industrial ter sido *uma configuração dinâmica de um processo sistêmico*, emergente de interações entre diversos componentes, inclusive coloniais e/ou da acumulação primitiva, isto é, prévia ao capitalismo industrial.

Quando se pergunta ao ChatGPT a respeito de qual é a *diferença entre revolução e processo sistêmico*, a Inteligência Artificial responde. “Uma revolução é um evento abrupto e geralmente violento. Ela leva a súbitas mudanças radicais em uma sociedade, muitas vezes com o objetivo de substituir um sistema existente por outro”.

Muitos militantes de esquerda, por exemplo, se imaginam como revolucionários e capazes de substituir rapidamente o sistema capitalista pelo socialista. As revoluções geralmente envolvem um conflito armado entre grupos com interesses ou ideologias antagônicas. Podem ser acompanhadas de instabilidade política, social e econômica, porque costumeiramente a liderança ou vanguarda armada militariza o Estado, adota um regime totalitário e impõe uma uniformização geral.

Por sua vez, “um *processo sistêmico* é uma mudança gradual e contínua, em um modo de produção e/ou de vida, muitas vezes sem um evento ou conflito específico capaz de desencadear voluntariamente”.

Essa *re-evolução sistêmica* é influenciada mais por fatores *endógenos* (variações tendenciais ou graduais) em lugar de *exógenos* (choques). Mudanças tecnológicas, políticas, sociais e econômicas, ao fim e ao cabo, levam a mudanças significativas e duradouras na sociedade.

Enquanto as *revoluções* são frequentemente vistas como soluções radicais para problemas sociais e políticos, senão para o atraso econômico, os *processos sistêmicos* geralmente envolvem mudanças evolutivas mais permanentes. Os ativistas sociais adotam essa abordagem mais pragmática e sustentável para a mudança social.



A chamada “revolução industrial” foi, na realidade, um *processo evolucionário*. É imprecisa sua designação, porque as revoluções se caracterizam por serem variações súbitas e rápidas como um *choque* – e não um *processo tendencial*.

Discute-se até se ela teve início, de fato, na segunda metade do século XVIII no Reino Unido. Historiadores, como Lewis Mumford (*Technics and Civilization*: 1934) e Ademar Romeiro, defendem ela ter sido *um fenômeno dependente de trajetória civilizacional* desde a Idade Média europeia. Se as mudanças ocorreram gradualmente o termo *revolução* é um equívoco.

Tratá-la como “revolução capitalista” é uma metáfora, como fosse uma contrapartida econômica das *revoluções burguesas* – a inglesa concluída em 1688, a americana em 1776 e a francesa em 1789. Essa “revolução” é simbolizada por sua *inovação disruptiva*: utilização de máquinas na indústria, inclusive a invenção da máquina a vapor.

Economistas discutem sempre a respeito da *determinação de uma linha de partida dos processos*. Quando convencionam quais seriam *as condições iniciais*, a trajetória caótica representaria o afastamento delas. Daí muitas vezes não sabem quando se partiu nem tampouco aonde se chegou...

Dentro desse critério, designam de Segunda Revolução Industrial a mudança causada pela introdução da eletricidade, do petróleo e dos motores de combustão. Já a Terceira Revolução Industrial é relacionada ao tratamento eletrônico de dados e utilização da informática e robótica nos processos industriais.

Todas essas mudanças tecnológicas, quando ocorreram, envolveram *desequilíbrios* políticos, sociais e econômicos. Por isso merecem ser tratadas como fossem *revolução*?

Usualmente, a história é usada como o guia para o futuro incerto ou imprevisível. Mas está se tornando comum usar o presente como guia para o passado desconhecido.

Muitos historiadores econômicos fazem previsão do passado! Adotam *previsibilidade retrospectiva* – e não *prospectiva*. Partem do presente em direção a uma jornada desconhecida com uma única

certeza: encontrarão as raízes históricas antecedentes do visto adiante como consequente. Contam a história a partir da linha-de-chegada, ou seja, da frente para trás!

Uma das principais características do *historicismo* é a rejeição do universalismo ou holismo sistêmico, oriundo do Iluminismo. É substituído por uma visão onde *cada nação, região ou continente é considerada como uma totalidade orgânica*, com leis e lógicas próprias de evolução.

Infelizmente, Romeiro se apoia em Deirdre McCloskey. Opina ela ter revisado em profundidade todos os argumentos antagônicos, em dois volumes de sua massiva trilogia, para a construção de seu argumento explicativo alternativo. Ela ironiza todos os fatos contra sua ideologia liberal como fossem “um conto de esquerda errôneo da história econômica”.

Ao fim da leitura de seu livro “*Porque o liberalismo funciona: como os verdadeiros valores liberais criam um mundo mais livre, igualitário e próspero para todos*” (2019), a autora despenca na opinião do leitor de uma empertigada liberal para uma releles anticomunista...

Seu *historicismo* ideológico apenas reafirmar a vida ter melhorado muito se comparada com a do pré-capitalismo. Tudo seria fruto da *revolução industrial capitalista* – e não conquistas de lutas sociais ao longo dos últimos séculos. Por exemplo, na Inglaterra, em 1787, anglicanos criaram a Sociedade para a Abolição do Comércio de Escravos.

McCloskey não vê a história como sendo própria de um sistema complexo, emergente de interações de todos os seus componentes, mas apenas como uma *cena capitalista*. Nela, só a diversidade de “livres” (sic) *vontades humanas individuais* se expressariam.

Na realidade, as forças político-ideológicas de movimentos sociais como o humanismo ou racionalismo esclarecido, o conservadorismo, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo fascista, e as ideologias utópicas como o socialismo e o ambientalismo, entre outras, digladiaram entre si ao longo dos séculos. Isto sem considerar os *componentes psicológicos* de

provocadores de guerra: dominância, vingança, insensibilidade, tribalismo, pensamento de grupo, autoengano etc.

É possível demarcar diversas Eras políticas, desde os primórdios do capitalismo, no caso, comercial. Na *Era das Dinastias*, nos séculos XV-XVI (1400-1559), predominava, inclusive entre descendentes familiares dos nobres, a luta pela propriedade rural. Na *Era das Religiões*, nos séculos XVI-XVII (1559-1648), lutava-se até a morte pela fé. Na *Era da Soberania*, nos séculos XVII-XVIII (1648-1789), predominaram lutas pelos direitos civis. Na *Era do Nacionalismo*, no século XIX (1789-1917), as reivindicações foram os direitos políticos. Na *Era da Ideologia*, no século XX (1917-1989), buscaram-se direitos sociais. Finalmente, no século XXI, tem predominado a *pauta identitária* contra a desigualdade de gêneros, o racismo, a homofobia, a transfobia a gordofobia, a velhofobia ou ageísmo etc., caracterizando esta *Era da Identidade*.

Entretanto, historiadores liberais costumam destacar apenas as pressupostas causas da supremacia ocidental sobre a Ásia. Niall Ferguson, p.ex., destaca seis “aplicativos”.

A *Competição*, isto é, a descentralização da vida política e econômica, criou as condições para o surgimento dos Estados-nação e do capitalismo. A *Ciência*, uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural, deu ao Ocidente, entre outros benefícios, importante vantagem militar sobre o restante. A *Medicina*, um ramo da ciência, possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.

O *Direito de Propriedade* foi parte do controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar, pacificamente, as disputas entre eles, assentando a base para a forma mais estável de governo representativo. A *Sociedade de Consumo* instalou um modo de vida materialista no qual a produção e a compra de bens de consumo, em grande escala, desempenharam um papel econômico central, e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável. Por fim, a *Ética do Trabalho* foi um sistema moral e um modo de atividade, derivados do cristianismo protestante, capaz de fornecer a coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada por tudo isso.

Porém, Ferguson não teve como negar *as alternâncias de Civilizações*, nas quais ascensões e quedas dos Impérios se deram em ciclos em torno de ½ ou um milênio. Daí as subdividiu em quatro grandes. A *Civilização Ocidental 1.0* englobou a República Romana (550aC-44aC) e o Império Romano Ocidental (44aC-476dC). A *Civilização Oriental*

*1.0* envolveu tanto o Império Romano Oriental Bizantino (476-1453) quanto o Império Chinês I (da Dinastia Ming 1368 até as Guerras do Ópio Anglo-Chinesas: 1839-1842 e 1856-1860). A *Civilização Ocidental 2.0* (1492-2050) somou o Império Anglo-Saxão, o Euro-Americano e o Soviético (1917-1991). Agora, a *Civilização Oriental 2.0* (1979-....) a substituirá com o Império Chinês II.

Se não acredita nisso, confira a divisão da produção mundial (1700-2012) apresentada no livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*. A Ásia tinha 60% dela em 1700. Após a Revolução Industrial, foi declinando até estar com apenas 20%, quando justamente aconteceu a Revolução Comunista chinesa em 1949.

O PIB europeu era pouco mais de 30% do PIB mundial em 1820, durante a Revolução Industrial inglesa. Elevou-se para 47% em 1913, antes da I Guerra Mundial e depois entrou em decadência até ficar com 25% no fim dessa série temporal em 2012. A fatia da América com 35% do total permaneceu a mesma desde 1950, após a II Guerra Mundial. A Ásia, em 2012, já tinha a superado com cerca de 40% do PIB mundial.

De maneira geral, a luta dos trabalhadores ocidentais tem sido pela democracia da casa própria e pelo acesso à sociedade de consumo. Os *marxistas* pregam a revolução com a abolição da propriedade privada e a propriedade estatal de todos os meios de produção, a extinção da herança e a estatização do crédito. As reivindicações *socialdemocratas* são um governo constitucional para autodeterminação nacional, liberdade de expressão, de imprensa e de associação para a representação parlamentar de um partido trabalhista resultante da aliança entre a casta dos trabalhadores organizados sindicalmente e a casta dos sábios intelectuais em defesa do Estado de bem-estar social. Defendem *um processo sistêmico em lugar da revolução*.

Ademar Romeiro poderia transformar seu grande livro em uma menor obra-prima com as sugestões para sua edição com finalidade de facilitar a leitura inclusive digital. Nela, *mais* (volume) é *menos* (leitores). Veja *dicas de edição* em Anexo.

Deveria cortar os detalhes técnicos ou as demonstrações de erudição desnecessários. Abranger, brevemente, o papel das colônias e do comércio exterior, além dos fatores monetários-financeiros. Mas a originalidade maior seria o método de análise: em vez de tratar de *a breve "revolução industrial"*, contemplar *o secular processo sistêmico de industrialização*.

## O Artífice

Richard Sennett publicou originalmente em inglês (*The Craftsman*; 2008) o livro *O Artífice*, cuja 5ª. Edição foi lançada pela Record em 2015. A ele parece falsa a divisão estabelecida por Hannah Arendt entre *Animal laborens* e *Homo faber*.

O primeiro toma o trabalho como um fim em si mesmo. Em contraste, o segundo – “homem capaz de fazer” – é o juiz do labor e da prática materiais, não um colega do *Animal laborens*, mas seu superior. Enquanto este está fixado na pergunta “Como?”, o *Homo faber* pergunta: “Por qual razão?”.

*Habilidade artesanal* designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo. Abrange um espectro muito mais amplo em lugar de o trabalho derivado de *habilidades manuais*.

O artífice frequentemente enfrenta padrões objetivos de excelência conflitantes. O desejo de fazer alguma coisa pelo simples prazer de criar uma coisa benfeita pode ser comprometido por pressões competitivas, frustrações ou obsessões.

A respeito do desenvolvimento da capacitação profissional, Sennett sustenta duas teses polêmicas:

1. todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, têm início como *práticas corporais*, ou seja, na prática física de hábitos manuais;

2. o entendimento técnico se desenvolve através da *força da imaginação*.

A primeira tese focaliza o conhecimento adquirido com a mão, através do toque e do movimento. A segunda tese sobre a imaginação começa explorando a linguagem capaz de direcionar e orientar a habilidade corporal.

Depois, Sennett trata de questões mais genéricas de motivação e talento. A tese é *a motivação ser mais importante face ao talento*.

O desejo de qualidade do artífice cria um perigo motivacional: a obsessão de fazer as coisas saírem à perfeição pode deformar a própria obra. Podemos fracassar como artífices em virtude de nossa incapacidade de organizar a obsessão por nossa falta de habilidade.

O Iluminismo acreditava todo mundo ter a capacidade de fazer bem algum trabalho. Existiria uma *artífice inteligente* na maioria de nós, seres humanos supostos racionais. Sennett acha essa convicção do século XVIII ainda hoje fazer sentido.

A principal tese sustentada por Sennett nesse livro, *O Artífice*, é o ofício produzir coisas materiais capazes de permitir a percepção melhor das técnicas possíveis de influenciar nosso trato com os outros. Tanto as dificuldades quanto as possibilidades de fazer bem as coisas se aplicam à gestão das relações humanas.

Desafios concretos de como enfrentar uma resistência material contribuem para o entendimento das resistências enfrentadas pelas pessoas na relação com as outras. E também dos limites incertos existentes entre as pessoas ambíguas.

A suposição do movimento pragmático é existir um contínuo entre o orgânico e o social. A *habilidade artesanal* mostra em ação o traço contínuo entre o orgânico e o social.

O orgulho pelo próprio trabalho está no cerne da habilidade artesanal, como recompensa da perícia e do empenho. O trabalho tem vida própria, pois a obra transcende o autor. Em geral, *a criatura é mais interessante se comparada ao próprio criador...*

Os artífices orgulham-se sobretudo da evolução de suas habilidades criativas. A simples imitação não gera satisfação duradoura.

A habilidade necessita amadurecer e superar esse estágio inicial de aprendizagem via imitação. A lentidão do tempo artesanal é fonte de satisfação por permitir o artesão se apossar da habilidade.

Essa lentidão também permite o trabalho de reflexão e imaginação. *Maturidade* quer dizer *idade madura*, quando o sujeito se apropria de maneira duradoura da habilidade.

## A Grande Transformação: As Origens de Nossa Era

*A Grande Transformação: As Origens da Nossa Era*, livro de autoria de Karl Polanyi (1886-1964), analisou a estrutura do capitalismo ao longo do século XIX a partir de uma tese inovadora, de cariz (aparência) marcadamente institucional e político: a Inglaterra não tinha sido transformada apenas pela máquina a vapor, nem sequer pelas anteriores expansões do comércio mundial e da revolução agrícola. Não fora a industrialização *per se* a responsável por desencadear os processos de conflito e de desorganização social marcantes do longo século XIX.

A miríade de motins, revoltas, movimentos genéricos de protesto, revoluções sociais e ciclos intensos e recorrentes de violência, associados às Eras da Revolução, do Capital e do Império, resultaram também da emergência de um conjunto de propostas intelectuais, progressivamente desenvolvidas no interior de instituições sociais várias, postulantes da *prevalência do mercado enquanto uma forma histórica primordial de organização da sociedade*.

*A Grande Transformação* consistiu, essencialmente, na *extensão do sistema de mercados a todas as esferas da vida humana*. Sua lei da oferta e da procura passou a determinar autonomamente a remuneração de fatores de produção como a terra (a natureza) e o trabalho, ou seja, a própria utilização da vida humana pró mercado.

A principal preocupação de Polanyi foi a de demonstrar:

- como se formaram historicamente, primeiro, *os mercados nacionais e internacionais*, e
- como se passou de uma configuração caracterizada por *trocas livres* para uma outra marcada por *um intenso controle político e social*, em reação à grande crise de 1929.

Este controle foi assumido, sob diferentes formas, por:

1. o incipiente Estado-providência,
2. o totalitário comunismo, e
3. o mortal fascismo/nazismo.

O capitalismo, inicialmente, com *os mercados autorregulados* e a lógica de uma economia orientada para a satisfação exclusiva em bens materiais, levou à *desagregação da vida em comunidade*, provocando a denominada “Grande Transformação”. Sentiu-se mais tarde, devido às consequências nocivas da sua *operação autônoma sobre a vida de grandes massas humanas*, a necessidade de *regular e controlar esses mesmos mercados*.

Recolhendo os ensinamentos da Antropologia e da História acerca de economias primitivas ou arcaicas, Polanyi colocou a sua mira na *alternância histórica* entre:

1. o controle dos mercados sobre a sociedade e
2. o controle social da economia.

Nas sociedades pré-capitalistas, a produção e distribuição de bens estavam *socialmente incrustadas (embedded)* em instituições sociais não mercantis. Elas geravam processos econômicos de natureza não mercantil e regulavam os próprios mercados. Podia-se dizer-se, nesse período anterior, *a economia era um resultado derivado das relações de parentesco, políticas ou religiosas*.

A *Grande Transformação* teria consistido:

1. na *libertação dos mercados do controle das instituições sociais* e, ao invés,



2. na *determinação pela economia das próprias instituições sociais* e, tendencialmente, de todos os aspetos da vida social e humana pelos padrões da troca mercantil.

Os *regimes totalitários*, seja comunista, seja fascista, instalados desde a partir da segunda década do século XX, representariam a reação violenta das massas humanas sob lideranças populistas à esquerda ou à direita *contra a desumanização da sociedade pela lógica mercantil*.

No mesmo ano da publicação de *A Grande Transformação*, Friedrich von Hayek editou o seu livro clássico, intitulado *Road to Serfdom* (Caminho para a Servidão). O guru da Escola Austríaca considerava, pelo contrário, o abandono de um sistema de mercado autorregulado implicaria a destruição da democracia política e da liberdade individual. Para ele, a Alemanha de Hitler fora essencialmente o resultado de um processo no qual o *Estado procurara regular a economia* – e não uma reação a esta regular a vida pública.

Na sua defesa radical do liberalismo e da lógica dos mercados autorregulados, Hayek seguia uma sequência causal de modo a encadear a Grande Guerra com a Grande Depressão, e daí, de novo, nova Guerra Mundial. Identificava, tal como Polanyi, a emergência dos totalitarismos como uma reação contra a liberdade dos mercados, mas daí inferia, ao contrário, *a regulação dos mercados, mesmo em regimes políticos democráticos, constituiria o caminho para a servidão*.

Polanyi divergia e ia mais fundo na sua visão histórica e antropológica, procurando em um período anterior à Grande Transformação, a qual conduziria à formação de uma *economia de mercado, capitalista e autônoma*, e provocara suas *respostas autoritárias e necessariamente reguladoras*, modelos de sociedade capazes de proporcionar *uma reincrustação social do homo oeconomicus*, inventado pelo liberalismo estritamente econômico.

Se o século XIX conduziria a uma separação das esferas institucionais da economia e da política, e inclusive a submissão desta ao domínio daquela, a Grande Guerra teria marcado o seu fim.

As respostas suscitadas após 1914 pelos *efeitos sociais de uma economia de mercado não regulada* foram o socialismo ou o fascismo, ambos com os seus pesados planos de desenvolvimento controlados pelo Estado e com as suas ligações a um cenário mundial de *corrida às armas*. Não poderiam servir de modelo de liberdade social para o pós-Guerra.

Ms, contrariamente às ideias defendidas por Hayek, *A Grande Transformação* advertia: tampouco o poderiam *os regimes políticos e econômicos ultraliberais*, pois haviam contribuído decisivamente para criar a base social dos totalitarismos. Foi o mercado ultra controlador!

A alternativa estaria, conforme Polanyi, em uma espécie de "liberalismo incrustado". Defendia os governos serem capazes de jogar um papel-chave na mediação entre economias nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, caberia às sociedades democráticas o ensaio de *novas formas de incrustamento social da economia*:

1. pela regulação dos mercados e
2. pela criação de novos padrões de redistribuição de renda e riqueza.

Há três aspectos essenciais da obra "*A Grande Transformação*" de Karl Polanyi.

Primeiro, considera o sentido de um processo caracterizado pela extensão das relações de mercado com as relações próprias da vida em comunidade e em família sendo subordinadas à lógica do mercado. Passou a economia de mercado a assumir uma vida própria.

Esse processo de transformação traduziu-se em:

1. uma rejeição do sistema de beneficência social e ajuda aos pobres, e
2. a sua substituição por um mercado capaz de atribuir um preço ao trabalho [e mais tarde à Medicina e à Previdência Privada], forçando homens e mulheres a viver de uma remuneração, por mais miserável fosse ela.

A acumulação capitalista se passou a processar a uma escala até então inédita. Só teve paralelo nos processos de expropriação, deslocação forçada, desemprego e destruição das relações e instituições sociais na estavam anteriormente incrustadas as atividades econômicas, o estatuto social, o orgulho no ofício e a própria expressão cultural do trabalho – tal como demonstra o livro *O Artífice*.

O processo violento de construção do Estado nacional ocorreu em articulação e interdependência com a constituição de um mercado interno. O Estado enquadrava o movimento de mercantilização da terra, do trabalho e do capital, procurando gerir os seus excessos – e os conflitos daí resultantes.

O grau da intervenção estatal dependia do caráter dos regimes políticos no poder. Sobretudo, era dependente dos equilíbrios entre forças sociais, do estado das suas lutas pela imposição de uma visão de bem-estar social, e das relações sociais e econômicas traduzidas em influência no aparelho estatal.

O segundo aspecto, diferencia decisivamente Polanyi do socialismo marxista: o da *rejeição de qualquer tipo de determinismo económico*. Acima da relação da economia de mercado incrustada nas instituições, o principal em jogo era a relação da economia com a sociedade.

Sua luta era *contra uma noção da economia desincrustada da sociedade*. Aí se insere a sua oposição ao nazismo/fascismo.

O terceiro aspecto a ter em conta na leitura de *A Grande Transformação* é o chamado “movimento duplo”. Para Polanyi, a concepção liberal do sistema de mercado dera lugar, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial, a uma reação social: uma espécie de contra movimento, de proteção legislativa relativa à saúde, condições laborais nas fábricas, seguros, direitos sindicais, serviços públicos e municipais.

O comércio plenamente livre passou a ser uma questão do passado. A expansão da economia de mercado correspondeu ao “movimento duplo”, de expansão do comércio acompanhada por instituições protecionistas.

Mas como poderia ser pensada a Europa após a Segunda Guerra Mundial? Um sistema de instituições internacionais e de Estados nacionais inevitavelmente colocou *a economia de mercado ao serviço dos objetivos sociais dos Estados nacionais*, proporcionando emprego para todos, impostos progressivos e a criação de um Estado de bem-estar social.

Esta *política de enquadramento do mercado* beneficiou durante várias décadas as economias nacionais dos países ocidentais. Estimulou os mercados internos e protegeu o capital local diante do comércio internacional.

Este tipo de defesa da sociedade permitiu ainda a estabilidade social fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas. A entrada de vastas camadas de trabalhadores em uma *sociedade de consumo* e o seu acesso a bens públicos e serviços sociais, proporcionados pelo Estado, alterou a configuração das lutas sociais, transformando as subjetividades e as aspirações dos grupos componentes dessas sociedades. Foi uma nova *Grande Transformação!*

## Porque as Nações fracassam: as Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza

No livro *“Porque As Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza”* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), Daron Acemoglu e James A. Robinson, para compreender por qual razão há tanta desigualdade no mundo do presente, mergulham no passado e estudam a dinâmica histórica das sociedades.

A razão pela qual o Reino Unido era mais rico, se comparado às suas colônias, foi, em 1688, os britânicos terem realizado uma revolução constitucionalista. O parlamentarismo transformou a política e, por conseguinte, a economia do país.

As pessoas lutaram por mais direitos políticos e os conquistaram, usando-os para expandir suas oportunidades econômicas. O resultado foi uma trajetória política e econômica essencialmente distinta capaz de culminar na Revolução Industrial.

Muitas revoluções não foram como a de 1688 na Inglaterra. Em lugar de promover uma radical transformação política no país, limitaram-se a *conduzir ao poder mais uma elite* – em geral, uma casta de guerreiros-militares –, tão desinteressada na prosperidade das pessoas comuns quanto os esnobes de outrora. Em consequência, a estrutura básica da sociedade não mudou – e o país permaneceu pobre.

Neste livro, Acemoglu e Robinson estudam como esses padrões se reproduzem ao longo do tempo e por qual razão às vezes são alterados, como aconteceu na Inglaterra em 1688 e na França com a revolução de 1789. O conhecimento desses padrões nos ajudará a entender se a situação em um país pobre de fato mudou e se uma revolução foi capaz de depor o ditador de plantão e produzir (ou não) um novo conjunto de instituições, capazes de proporcionar prosperidade ao povo.

Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As *instituições econômicas* dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante.

O processo político determina a quais instituições econômicas as pessoas viverão submetidas. As *instituições políticas* ditam como funciona esse processo. Por exemplo, as instituições políticas de uma nação estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento – o que, por sua vez, define:

1. se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda sendo imperfeitos, ou
2. se terão a possibilidade de abusar do poder lhes confiado, ou usurpado, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos.

As *instituições políticas* incluem Constituições escritas – mas não se limitam a elas – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade.

É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores determinantes de como o poder político se distribui na sociedade. Sobretudo, se há capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus.

Enquanto influenciam comportamentos e incentivos na vida real, *as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países*. O talento individual é importante em todos os níveis da sociedade, mas mesmo ele requer um arcabouço institucional para converter-se em força positiva.

A Teoria da Desigualdade Mundial, elaborada por esses institucionalistas, mostra:

1. como interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e
2. como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições.

Cada padrão institucional de hoje se encontra profundamente enraizado no passado. Quando uma sociedade se organiza de determinado modo, este tende a persistir.

Esse fato se deve ao *modo como as instituições políticas e econômicas interagem*. São interações entre esses componentes resultantes em Sistemas Complexos com dependências de trajetórias distintas umas das outras: *virtuosa* ou *viciosa*, *linear* ou *caótica*.

Tal persistência e as forças criadoras dela explicam também por qual razão é tão difícil extirpar a desigualdade do mundo e enriquecer os países pobres. É necessário, mas não é suficiente uma sociedade desenvolver ou adotar as instituições melhores para o crescimento econômico ou o bem-estar de seus cidadãos porque outras instituições podem ser ainda melhores para aqueles com o controle da política e das instituições políticas.

A Teoria da Desigualdade Mundial, elaborada por Acemoglu e Robinson, trata:

1. não só de *economia*, mas também de *política*;

2. dos *efeitos das instituições* sobre o sucesso e o fracasso das nações – e, portanto, da *economia da pobreza e da prosperidade*;
3. como as *instituições* são determinadas e transformam-se ao longo do tempo, e
4. como acabam tornando-se incapazes de mudar quando criam pobreza e miséria para milhões – e, portanto, os coautores tratam da *política da pobreza e da prosperidade*.

A maioria das hipóteses propostas pelos cientistas sociais para as origens da pobreza e da prosperidade não funciona. Elas se revelam incapazes de explicar, de maneira convincente, as atuais circunstâncias.

Acemoglu e Robinson descartam como falsas as causas da desigualdade mundial baseadas nas seguintes hipóteses: Hipótese Geográfica - Hipótese Climática - Hipótese da Orientação (Latitudes) dos Continentes - Hipótese Cultural - Hipótese Religiosa - Hipótese da Ignorância.

Para eles, os países apresentam diferenças em termos de êxito econômico em virtude de:

1. instituições distintas,
2. regras boas ou más para reger o funcionamento da economia, e
3. incentivos motivadores da população.

Acemoglu e Robinson distingue as *instituições econômicas inclusivas*:

1. possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas de modo a fazer o melhor uso possível de seus talentos e habilidades, e
2. permitem aos indivíduos fazer suas escolhas como bem entenderem.

Para serem *inclusivas*, as instituições econômicas devem incluir:

1. segurança da propriedade privada,

2. sistema jurídico imparcial e
3. uma gama de serviços públicos capaz de proporcionar condições igualitárias para as pessoas realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de:
  - a. possibilitar o ingresso de novas empresas e
  - b. permitir a cada um escolher sua profissão.

As instituições econômicas inclusivas fomentam:

1. a atividade econômica,
2. o aumento da produtividade e
3. a prosperidade da economia.

*Os direitos de propriedade são cruciais.* Somente quem os tiver assegurados vai se dispor a investir e aumentar a produtividade.

Quem correr o risco de ter sua produção roubada, expropriada ou exageradamente tributada terá pouco incentivo para trabalhar – e muito menos para investir e inovar. *Instituições econômicas inclusivas* demandam direitos de propriedade assegurados e oportunidades econômicas não só para a elite, mas pelo menos para uma ampla parcela da sociedade.

O asseguramento dos serviços públicos, leis, direitos de propriedade e da liberdade de firmar contratos e relações de troca depende do Estado, instituição detentora da capacidade coerciva de:

1. impor a ordem,
2. impedir roubos e fraudes e
3. fazer valer contratos entre partes privadas.

Para ter seu bom funcionamento garantido, a sociedade requer também outros serviços públicos:

1. *estradas* e uma rede de transporte ferroviário, fluvial e marítimo para os bens produzidos no interior do país, exportados ou importados;



2. *infraestrutura pública* para a atividade econômica ter condições de florescer;
3. algum tipo de regulamentação básica para a prevenção de fraudes e má conduta, sobretudo por parte das autoridades.

Embora muitos dos serviços públicos possam ser prestados pelos mercados e por cidadãos particulares, o grau de coordenação necessário para seu funcionamento em larga escala, em geral, requer *a intervenção de uma autoridade central*. Assim, o Estado apresenta vínculos inevitáveis com as instituições econômicas, como impositor da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, e em geral como prestador fundamental de serviços públicos. *As instituições econômicas inclusivas precisam do Estado e dele fazem uso.*

Daron Acemoglu e James A. Robinson chamam as *instituições*, cujas propriedades são opostas às daquelas ditas *inclusivas*, de *instituições econômicas extrativistas*, por terem como finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro.

A capacidade das instituições econômicas de explorar o potencial dos mercados inclusivos, estimular a inovação tecnológica, investir em pessoas e mobilizar os talentos e competências de grande número de indivíduos é *fundamental para o crescimento econômico*. Explicar por qual razão tantas instituições econômicas se mostram incapazes de atingir esses objetivos simples é o tema central deste livro de autoria de Acemoglu, e Robinson: *“Por Que as Nações Fracassam”*.

Max Weber, segundo os coautores, forneceu a mais célebre e amplamente aceita definição de Estado, identificando-o com o “monopólio da violência legítima” na sociedade. Sem esse monopólio e o grau de centralização que ele acarreta, o Estado não tem condições de desempenhar seu *papel de impositor da lei e da ordem*, e muito menos *prestar serviços públicos e incentivar e regulamentar a atividade econômica*.

Quando o Estado se mostra incapaz de obter alguma centralização política, a sociedade, mais cedo ou mais tarde, acaba caindo no *caos*. Acemoglu e Robinson se referem a instituições políticas suficientemente centralizadas e pluralistas como *instituições*

*políticas inclusivas*. Em caso de falha em uma dessas condições, vamos chamá-las de *instituições políticas extrativistas*.

Há uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. As *instituições políticas extrativistas* concentram poder nas mãos de uma pequena elite e impõem poucas restrições ao exercício de seu poder.

As instituições econômicas são então, em geral, estruturadas por essa elite, de modo a extorquir recursos do restante da sociedade. As *instituições econômicas extrativistas*, assim, naturalmente acompanham suas congêneres políticas. Com efeito, sua sobrevivência será inerentemente dependente de *instituições políticas extrativistas*.

As *instituições políticas inclusivas* tenderiam a erradicar as instituições econômicas possibilitadoras de:

1. expropriar recursos da maioria,
2. erguer barreiras alfandegárias e
3. suprimir o funcionamento dos demais mercados de modo apenas uns poucos deles se beneficiarem.

Essa *relação sinérgica entre instituições econômicas e políticas extrativistas* engendra um arraigado *círculo vicioso*:

As *instituições políticas extrativistas* conferem às elites o poder político de selecionar aquelas instituições econômicas com menos restrições ou forças contrárias, e permitem também elas estruturarem as futuras instituições políticas e sua evolução.

As *instituições econômicas extrativistas*, por sua vez, vêm enriquecer essas mesmas elites, cuja riqueza e poder econômico ajudam a consolidar seu domínio político.

As *instituições econômicas inclusivas*, em contraponto, consolidam-se sobre os fundamentos lançados por instituições políticas da mesma ordem, assegurando ampla distribuição de poder por toda a sociedade e restringindo seu exercício arbitrário. Tais instituições políticas dificultam também a usurpação do poder e

enfraquecimento dos fundamentos das instituições inclusivas por terceiros.

Frente a elas, os detentores do poder político não têm como usá-lo facilmente para implementar instituições econômicas extrativistas em benefício próprio. Já as *instituições econômicas inclusivas* geram uma distribuição mais equitativa de recursos, facilitando a persistência de instituições políticas inclusivas.

A combinação de instituições inclusivas e extrativistas raramente se sustenta. Instituições econômicas extrativistas sob instituições políticas inclusivas dificilmente sobreviverão por muito tempo.

Analogamente, *instituições econômicas inclusivas* não têm condições de sustentar nem de ser sustentadas por *instituições políticas extrativistas*:

1. ou se tornam extrativistas, em favor dos interesses estritos dos detentores do poder,
2. ou a dinâmica econômica por elas gerada acaba desestabilizando as instituições políticas extrativistas, abrindo caminho para a emergência de instituições políticas inclusivas.

*Instituições econômicas inclusivas* também tendem a reduzir os benefícios desfrutados pelas elites ao criar *instituições políticas extrativistas*. Isso ocorre graças à concorrência no mercado e às restrições legais às quais estão submetidos os contratos e os direitos de propriedade do restante da sociedade.

As instituições econômicas e políticas, em última instância, são sempre *frutos de escolhas da sociedade*. Podem ser *inclusivas* e estimular o crescimento econômico ou *extrativistas* e obstaculizá-lo. *Os países fracassam quando adotam instituições econômicas extrativistas, sustentadas por instituições políticas extrativistas*. Ambas impedem e até bloqueiam o crescimento econômico.

Isso significa, porém, a escolha de instituições – isto é, a *política institucional* – ser uma peça-chave na busca de compreender *as causas do êxito ou fracasso das nações*. Precisamos compreender:

1. por qual razão a política de determinadas sociedades produz instituições inclusivas e fomentam o crescimento econômico, e
2. a política da vasta maioria das sociedades ao longo da história conduziu, como conduz ainda hoje, a *instituições extrativistas* com capacidade de estorvar o crescimento econômico.

Pode parecer óbvio ser do interesse da maioria instaurar instituições econômicas capazes de promover a prosperidade. Não seria o desejo de todo cidadão, político e até ditador predatório tornar seu país o mais rico possível?

Não obstante o sucesso e o fracasso de grupos de interesses específicos, uma lição está clara: *grupos poderosos em geral se opõem ao progresso econômico e aos motores da prosperidade*. O crescimento econômico não é apenas um processo de mais e melhores máquinas, e mais gente com acesso a melhor educação, mas é também *um processo transformador e desestabilizador*, associado à *destruição criativa* generalizada.

O crescimento só avança, portanto, se não for bloqueado pelos derrotados:

1. na *esfera econômica*, prevendo o fim de seus privilégios nessa área, e
2. na *esfera política*, temendo a erosão de seu poder nesse campo.

A lógica capaz de levar os poderosos a não desejar necessariamente implementar as instituições econômicas promotoras da riqueza aplica-se facilmente à *escolha de instituições políticas*.

Em um *regime absolutista, ditatorial ou totalitário*, algumas elites podem exercer seu poder no sentido de *impor as instituições econômicas de sua preferência*. Teriam interesse em mudar as *instituições políticas* a fim de torná-las mais pluralistas?

## Civilização: Ocidente X Oriente

No livro *Civilização: Ocidente X Oriente* (São Paulo: Planeta, 2012), Niall Ferguson distingue o Ocidente em relação ao Oriente por conta de seis novos sistemas de instituições identificáveis e as ideias e os comportamentos associados a eles. Estes “aplicativos” (ou *apps*) permitiram uma minoria da humanidade, originando-se no extremo oeste da Eurásia, dominar o mundo durante a maior parte dos últimos 500 anos.

Outros aspectos cruciais da supremacia ocidental, como o capitalismo ou a liberdade ou a democracia (ou, aliás, “armas, germes e aço”), estão implícitos nas breves definições seguintes dos seis *apps*.

1. *Competição*: uma descentralização da vida política e econômica criou as condições para o surgimento do capitalismo e dos Estados-Nação.
2. *Ciência*: uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural deu ao Ocidente, entre outras coisas, uma importante *vantagem militar* sobre o restante.
3. *Direitos de propriedade*: o controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar, pacificamente, as disputas entre eles assentou a base para a forma mais estável de *governo representativo*.
4. *Medicina*: este ramo da ciência possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente, nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.
5. *Sociedade de Consumo*: um modo de vida material no qual a produção e a compra de roupas e outros bens de consumo desempenham um papel econômico central e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável.
6. *Ética do Trabalho*: um sistema moral e um modo de atividade, derivados do cristianismo protestante entre outras fontes, fornece a *coesão* à sociedade dinâmica e potencialmente instável, criada pelos itens anteriores.

Não foi só a superioridade ocidental capaz de levar à conquista e à colonização de grande parte do restante do mundo. Segundo Ferguson, foi também a fraqueza fortuita de seus rivais.

A diferença decisiva entre o Ocidente e o restante do mundo era *institucional*. A Europa Ocidental superou a China, em parte, porque no Ocidente havia mais *competição*, tanto na esfera política, quanto na econômica.

A razão pela qual as ex-colônias norte-americanas se saíram muito melhor frente às da América do Sul é os colonizadores ingleses terem estabelecido no Norte um *sistema de direitos de propriedade e representação política* completamente diferente daquele implementado por espanhóis e portugueses no Sul. O Norte não era administrada segundo os interesses de elites exclusivamente em busca de privilégios.

Da mesma maneira, a *industrialização precoce* do Ocidente refletia *vantagens institucionais*. A possibilidade de uma sociedade de consumidores em massa existia, nas ilhas britânicas, bem antes do advento e da disseminação da energia a vapor ou do sistema fabril.

O investimento em saúde pública e em educação pública deu bons resultados. Onde não houve *investimento em políticas públicas*, as pessoas continuaram pobres.

## Teoria dos Ciclos de Civilização

A insinuação implícita na Teoria dos Ciclos de Civilização é todas as Civilizações, não importa quão magníficas sejam, estarem condenadas a decair e ruir. Durante séculos, historiadores, teóricos políticos, antropólogos e o público em geral tenderam a pensar na ascensão e na queda das civilizações em tais termos cíclicos e gradativos.

Niall Ferguson relembra de relatos da ascensão e queda de Impérios com o seguinte processo político sequencial: Monarquia - Reinado - Tirania - Aristocracia - Oligarquia - Democracia - Populismo.

Todas as civilizações passariam por três fases: a divina; a heroica; a humana ou racional. Esta última retornaria à fase divina por meio do “barbarismo da reflexão”: veja o atual negacionismo científico relacionado ao evangelismo cristão.

A ideia-básica, em muitos autores, é até os governos mais sólidos, assim como as civilizações mais saudáveis, carregarem *as sementes de sua destruição*. “A cada hora sobrevivida é uma hora a menos para viver”.

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, achava o crescimento econômico (“opulência”) abriria caminho para *o estado estacionário*. Os idealistas e os materialistas concordaram em uma coisa: tanto para Hegel, quanto para Marx, *a dialética daria reviravoltas*.

A *história era sazonal* para Oswald Spengler, historiador alemão. Ele descreveu, em *O Declínio do Ocidente* (1918), o século XIX como “o inverno do Ocidente, a vitória do materialismo e do ceticismo, do socialismo, do parlamentarismo e do dinheiro”. Só.

*O Estudo da História* (1936-54), em 12 volumes, do historiador britânico Arnold Toynbee apresentou um *ciclo de oposição, reação* (por parte de “minorias criativas”) e *declínio*. Este seria *o suicídio da Civilização*, quando os líderes parariam de responder com suficiente criatividade aos desafios enfrentados pela sociedade.

Outra grande Teoria dos Ciclos de Civilização, segundo avaliação de Ferguson, foi a do sociólogo russo Pitrim Sorokin. Todas as principais civilizações passariam por três fases:

1. “ideacional”, quando *a realidade é espiritual*;
2. “sensata”, quando *a realidade é material*;
3. “idealista”, quando se faz uma síntese das duas anteriores.

O historiador norte-americano Carroll Quigley ensinou a seus alunos a Civilização ter, tal como o ser humano, sete idades: Mistura; Gestação; Expansão; Conflito; Império Universal; Decadência; Invasão.

Cada um desses modelos é diferente, mas todos tem em comum o pressuposto de *a história ter ritmo*.

*Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1987), de autoria de Paul Kennedy, é mais uma obra de *história cíclica*. As grandes potências surgem e desaparecem de acordo com os índices de crescimento de suas bases industriais e o custo de seus compromissos imperiais com relação a suas finanças públicas.

Custa muito ao orçamento público (e daí aos contribuintes) manter um Império global. Por isso, a “expansão imperial excessiva” carrega *as sementes da decadência futura*.

Jared Diamond capturou a imaginação dos leitores com mais uma grande Teoria de Ascensão e Queda. Seu livro, *Colapso: Como as Sociedades escolhem o Fracasso ou o Sucesso* (2005), é a história cíclica para a *Era Verde*: narrativas de sociedades com o risco de se autodestruir por abusar de seu ambiente natural. Todas as civilizações chegam a sua “época de ouro” – e perecem.

De acordo os historiadores dos Ciclos de Longas Ondas, todas as Civilizações caem em uma clássica *armadilha malthusiana*. Sua população cresce em um ritmo incapaz de ser suportado por seu sistema agrícola sem produtividade tecnológica.

Mas pessoas significa mais cultivo, mas mais cultivo custa desmatamento, erosão, seca e exaustão do solo. A consequência acaba sendo a guerra civil e/ou genocídio de nativos na disputa por recursos minguantes ou extração de ouro – e, finalmente, a ruína.

A inferência dos *historiadores ambientalistas* é, obviamente, o mundo de hoje seguir esse caminho. O ponto crucial é o *suicídio ambiental*. Ele é um processo lento e demorado.

Infelizmente, os líderes políticos, em quase todas as sociedades, têm pouco incentivo para lidar com *problemas de gerações futuras*, quando não terão probabilidade de serem reeleitos. As declarações retóricas de “salvar o planeta” para as gerações futuras são insuficientes para superar os conflitos pela redistribuição econômica entre países ricos e pobres existentes aqui e agora.

Segundo Ferguson, “amamos nossos netos, mas é mais difícil enxergar uma relação com nossos tataranetos”...

Porém, ele questiona se *todo esse sistema conceitual não é, na verdade, falho*. Talvez a representação de *um super-ciclo civilizacional*



*de nascimento, crescimento e morte* seja apenas uma representação equivocada na narrativa do processo histórico.

Ferguson lança, por fim, as questões existenciais de todos os historiadores das Civilizações:

1. E se a história não for *cíclica e lenta*, mas sim *arrítmica* – às vezes *quase estacionária*, mas também *capaz de aceleração* com uma re-evolução violenta?
2. E se o tempo histórico for menos aparente com *a mudança lenta e previsível* das estações e mais como *o tempo elástico* de nossos sonhos?
3. Acima de tudo, e se o colapso não demorar séculos para acontecer, mas acometer uma civilização de súbito?

As civilizações, conforme Niall Ferguson demonstra em seu livro *Civilização: Ocidente X Oriente*, são sistemas extremamente complexos, compostos de um número muito grande de componentes. Eles interagem e estão organizados de forma assimétrica, funcionando entre a ordem e a desordem à beira do caos.

Tais sistemas estão em constante mutação até atingir pontos críticos. Neles, qualquer pequena perturbação pode desencadear uma “fase de transição” de um equilíbrio benigno a uma crise.

Para entender *a complexidade*, é útil examinar como os cientistas naturais usam o conceito. Todos os sistemas complexos no mundo natural têm a característica em comum de uma pequena alteração nas condições iniciais de tais sistemas produzir mudanças enormes, muitas vezes imprevistas ou caóticas, via um “efeito amplificador”.

As *relações causais* costumam ser *não lineares*. Por isso, os métodos tradicionais de generalizar com base em observações, tais como a amostragem e a análise de tendências, são de pouca utilidade.

Certos sistemas complexos são totalmente *não deterministas*. É quase impossível fazer previsões sobre seu comportamento futuro com base em dados passados.

As estruturas políticas e econômicas criadas por seres humanos apresentam muitas das características de sistemas complexos. Uma economia complexa é caracterizada por interações de agentes econômicos dispersos, uma ausência de qualquer controle central, vários níveis de organização, adaptação contínua, criação incessante de novos nichos de mercado e nenhum equilíbrio geral.

Ao contrário do estabelecido pela Lei de Rendimentos Decrescentes, em uma economia complexa, *o aumento dos rendimentos é perfeitamente possível*. O desafio atual é aplicar tais ideias a outros aspectos de atividade humana coletiva.

Uma Civilização é, por definição, um sistema extremamente complexo. Embora tenha uma autoridade central simbólica, na prática, é uma *rede adaptativa de relações econômicas, sociais e políticas*.

Civilizações de todas as formas e tamanhos apresentam muitas das características de sistemas complexos no mundo natural. Destacadamente, têm a tendência de passar da estabilidade à instabilidade de forma um tanto repentina.

## A Grande Reversão Demográfica: Sociedades Envelhecidas, Desigualdade em Declínio e um Renascimento da Inflação

No livro *A Grande Reversão Demográfica: Sociedades Envelhecidas, Desigualdade em Declínio e um Renascimento da Inflação*, lançado em inglês em 2020, Charles Goodhart e Manoj Pradhan se concentram nos efeitos da demografia e da globalização nas tendências de longo prazo nas finanças e na economia real. Essas tendências geralmente são *lentas* e operam *em nível global* – e não são analisadas no plano nacional.

Como a maior parte das análises macroeconômicas preocupam-se apenas com a oscilação cíclica e em nível local, a importância desses fatores de crescimento em longo prazo tem sido largamente ignorada. *Os fatores demográficos e a globalização foram os grandes responsáveis pelas pressões deflacionárias nas últimas três décadas*.

Mas essas forças estão se revertendo. Desse modo, as principais economias do mundo voltarão a enfrentar pressões inflacionárias nas próximas três ou mais décadas.

A ascensão da China e a demografia criaram uma combinação capaz de ditar a trajetória da inflação, taxas de juros e desigualdade nas últimas três décadas. Mas o futuro não será nada parecido com o passado – e estamos em um ponto de inflexão.

A expectativa quanto ao futuro é a produtividade aumentar e os trabalhadores reivindicarem uma parcela maior da produção nacional, reduzindo a desigualdade provocadora de tantas convulsões sociais e políticas. Com o esperado aumento significativo nos salários e seu repasse para os preços, haverá elevação na inflação e consequente aumento nas taxas de juros nominais.

O desenvolvimento econômico mais importante, ao longo dos anos de 1989 a 2019 foi a ascensão da China e sua integração na economia comercial global, combinando a ideologia socialista com uma abertura pragmática à economia de mercado. Usou o slogan “socialismo com características chinesas” em modelo propiciador da inclusão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1997.

A integração do socialismo de mercado da China no complexo manufatureiro global propiciou, por si só, além do dobro da oferta de mão de obra disponível para a produção de produtos comercializáveis entre as economias avançadas. O aumento da *população em idade ativa* (PIA de 15 a 64 anos) na China superou o aumento combinado na Europa e nos EUA nessas três décadas em mais de quatro vezes: na China houve um aumento de mais de 240 milhões, enquanto nessas duas regiões aumentou menos de 60 milhões.

A população urbana na China era composta de 108 milhões pessoas em 1960 ou 16% da população total. Tornou-se superior à rural desde 2011 e com 804 milhões em 2017 já estava próxima de 60% da total. O país mais populoso do mundo, com 1,39 bilhão de pessoas, vê seu crescimento populacional desacelerar e diminuirá bastante em termos absolutos.

Outro impulso para aumento da oferta efetiva de mão de obra do mundo foi decorrente do colapso da URSS, em 1991, após a

simbólica queda do Muro de Berlim em 1989. Isso trouxe toda a Europa Oriental ao sistema de comércio mundial.

No início de 2019, a população da UE-27 foi estimada em 446,8 milhões de pessoas. Os jovens (0 a 14 anos) constituíam 15,2 % da população da UE-27, enquanto as pessoas consideradas em idade ativa (15 a 64 anos) representavam 64,6 % da população. Mais de um quinto (20,3 %) da população da UE-27 tinha 65 anos ou mais.

Esses movimentos político-econômicos e demográficos, a ascensão da China e o retorno da Europa Oriental ao sistema comercial mundial, proporcionaram um enorme choque positivo de oferta à força de trabalho disponível no sistema comercial mundial. A oportunidade de aproveitar esses trabalhadores recém-disponíveis foi reforçada por uma aceitação geral do *liberalismo econômico* (*neoliberalismo* ou *liberismo*), durante essas décadas de abertura externa, reduzindo as barreiras ao comércio internacional.

Como resultado, a globalização avançou, com fluxos de comércio ao longo dos anos 1990 até 2017 crescendo 5,6% ao ano, em comparação com o crescimento do PIB mundial de 2,8%. Em 2004, a parcela da produção manufatureira mundial produzida pela China foi de 8,7%. Treze anos após, em 2017, havia atingido 26,6%.

No período, como *bônus demográfico*, houve também uma contínua queda da *taxa de dependência*, isto é, aumento do número de trabalhadores, definidos como aqueles de 15 a 64 anos, em relação ao dos dependentes (crianças e idosos). A queda da *taxa de natalidade* foi parte de um processo de retroalimentação do aumento da proporção de mulheres em empregos remunerados.

*Enovid*, o nome comercial da primeira pílula anticoncepcional, foi aprovado pela *Food and Drug Administration* (FDA) dos EUA e colocado no mercado em 1957 como *regulador menstrual*. Em 1960, obteve aprovação do FDA para o *uso contraceptivo*.

Os *babies boomers*, nascidos na disparada *taxa de natalidade*, após a Segunda Guerra Mundial, são parte importante dessa dinâmica populacional. Começaram a entrar no mercado de trabalho a partir do fim da década de 1960 e começaram a se aposentar após 2010. Desfrutaram já de *maior expectativa de vida ou longevidade*.

Especialmente nas economias avançadas, dado o choque de oferta de trabalhadores, a queda dos salários reais fez a posição econômica do trabalho não qualificado e do trabalho semiquualificado sofrer em relação ao capital, aos lucros e à remuneração do trabalho gerencial e qualificado. Tanto um sintoma do declínio do poder de barganha dos trabalhadores, quanto uma causa adicional disso, tem sido *o declínio constante na filiação a sindicatos* do setor privado sem estabilidade no emprego.

Foi outro fator reforçador da *tendência deflacionária*: durante as três décadas 1990-2020, os preços dos bens manufaturados duráveis tenderam a cair regularmente na maioria das economias avançadas. A inflação de serviços se estabilizou.

Essas forças deflacionárias fizeram a inflação permanecer, mais recentemente, abaixo das metas dos Bancos Centrais, em sua maioria fixadas em cerca de 2% ao longo das décadas de 1990 em diante. Mesmo as políticas monetárias e fiscais massivamente expansionistas, após 2008, resultantes no maior e mais persistente aumento dos índices da dívida pública, em períodos de paz geral, tiveram pouco sucesso em provocar o reajuste da taxa de juros de referência na economia global.

A queda das taxas de juros levou ao *aumento dos preços dos ativos*. Apesar da interrupção da Grande Crise Financeira, detonada em 2008, isso permaneceu acontecendo com os preços das ações e dos imóveis. A *inflação de ativos* concentra a riqueza privada, já em acumulação pelo processo de concentração de renda.

Os ganhadores (“vencedores”) nesse processo foram aqueles com capital, tanto incorporado em carteira de ativos, quanto humano, nos países avançados, e trabalhadores na China, restante da Ásia e no Leste Europeu. A população restante (“perdedores”) tendia a perceber os resgates dos bancos “grandes demais para falir” e o efeito da política monetária expansionista com juros baixos sobre os preços dos ativos como exemplos da elite cuidando apenas dos seus membros.

Não respondia ao agravamento das condições da maioria dos trabalhadores. Devido à desindustrialização nas economias avançadas e à imigração, ex-operários transformaram os imigrantes em “bodes-

expiatórios” e serviram de massa-de-manobra para o oportunismo de políticos populistas da extrema-direita nacionalista.

Para traçar as tendências de longo prazo, a demografia deve ser privilegiada em lugar de política econômica em curto prazo como o futuro fosse apenas “uma sequência de conjunturas”. Os fatores dominantes nas previsões de curto prazo recebem um papel excessivo quando se trata de construir uma visão de longo prazo.

Enquanto isso, os *fatores de movimento lento*, como a demografia, certamente dominantes das mudanças em longo prazo, recebem um papel muito reduzido. Um problema básico é a maior parte das discussões financeiras, macroeconômicas e de política econômica se relacionar com as previsões ao longo dos próximos dois ou, no máximo, três anos.

Durante um período relativamente curto, as tendências subjacentes, representadas por fatores demográficos e os efeitos da globalização, geralmente se movem de maneira muito lenta, embora firmemente, para afetar as principais características das previsões cíclicas para o curto prazo. Exceto em casos raros, os analistas de mercado veem essas tendências subjacentes serem dominadas por choques de curto prazo e respostas políticas imediatas.

Independentemente das deficiências dessa análise econômica curto-prazista, essas tendências de longo prazo acabam por dominar as condições fundamentais subjacentes às nossas economias. Para correção dessa falha analítica, vale ler o livro *A Grande Reversão Demográfica: Sociedades Envelhecidas, Desigualdade em Declínio e um Renascimento da Inflação*, com coautoria de Charles Goodhart e Manoj Pradhan.

Eles se concentram nos efeitos da demografia e da globalização sobre as tendências de longo prazo nas finanças e na economia produtiva. Essas tendências são lentas e operam em nível global – e, em geral, *não são analisadas no plano conjuntural*.

Nas próximas três ou quatro décadas, o declínio constante nas *taxas de natalidade*, iniciado na década de 1950 em muitas sociedades avançadas, notadamente na Europa, ficará abaixo da taxa na qual o tamanho da população é autossustentável. Isso trará uma redução acentuada no crescimento da força de trabalho em muitos

países integrados ao sistema de comércio mundial, fenômeno ocorrido nas três últimas décadas com a ascensão da China e a abertura da Europa Oriental à União Europeia.

Haverá um *declínio absoluto na força de trabalho* em grandes economias: Japão, China e maior parte do norte da Ásia, bem como em vários países da Europa continental, como Alemanha, Itália, Espanha e Polônia. Enquanto isso, *extensões da expectativa de vida*, com melhorias nas *taxas de morbidade e mortalidade*, levarão a um rápido aumento no número de aposentados acima de 65 anos com maior longevidade.

Por isso, Goodhart e Pradhan apresentam um necessário *estudo interdisciplinar* com a demografia, onde se integra a perspectiva médica do envelhecimento populacional com a economia, destacando a incidência cada vez maior de *dependência física e demência*. Cabe explorar o progresso médico e as estimativas do custo de detecção, tratamento e cuidados para aqueles com *sofrimento de demência*.

Ao contrário das doenças dominantes de nossa época, *a demência não reduz a expectativa de vida*. Em vez disso, incapacita aqueles sofrendo dela e, portanto, envolve um grande uso de recursos financeiros para cuidar deles.

Enquanto a Ciência Médica deu passos notáveis no tratamento do câncer e das doenças cardiovasculares, com tendência a matar muito rapidamente, houve muito pouca melhora no tratamento da demência. O cuidado com a pessoa idosa também não é um campo no qual os novos avanços tecnológicos, da robótica e da Inteligência Artificial (IA), provavelmente, serão de grande ajuda.

Há esperança disso mudar, caso os governos mudarem o orçamento do financiamento da pesquisa da Medicina para contemplar, prioritariamente, o tratamento da deterioração mental. Mas, no momento, se tentarmos extrapolar as tendências do passado para o futuro, as perspectivas para despesas com saúde, casas de repouso e cuidadores são preocupantes.

Quais são os principais *efeitos econômicos* dessa *Grande Reversão Demográfica*?

Em primeiro lugar, a taxa decrescente de crescimento da força de trabalho necessariamente *reduzirá o crescimento do produto real*, exceto caso haja um aumento inesperado na produtividade. As taxas de crescimento em geral não podem se recuperar, caso se recuperarem, além dos níveis muito lentos do crescimento do PIB nos anos desde a Grande Crise Financeira.

Em segundo lugar, a economia mundial mudará cada vez mais de um *viés deflacionário* para uma situação na qual haverá um grande *viés inflacionário*. Simplificando, as melhorias na taxa de dependência são deflacionárias, porque os trabalhadores produzem mais em relação ao próprio consumo – caso contrário, sem valor adicionado não seria lucrativo empregá-los –, enquanto os *dependentes consomem, mas ainda não produzem ou não têm mais condições de produção*.

A forte piora das *taxas de dependência* – número de dependentes com crianças e idosos em relação ao número de trabalhadores –, em todo o mundo, significa *os dependentes consumidores*, mas não produtores, superarão *os trabalhadores deflacionários*. Estes são criadores de valor adicionado com excedente em relação ao componente em renda do trabalho ou salários.

Com a oferta de mão de obra caindo, a Lei da Oferta e Demanda sugere: dada a demanda, o *poder de barganha dos trabalhadores* aumentará. Então, os salários reais e a parcela relativa da renda do trabalho começarão a subir novamente.

Embora isso tenha efeitos benéficos sobre a desigualdade, dentro dos países avançados, será *inflacionário* porque os Custos Unitários do Trabalho [CUT] aumentarão. Acrescente a isso uma *carga tributária (previdenciária) crescente* sobre os trabalhadores ativos, logo, eles podem aumentar suas demandas salariais para garantir um salário real desejado após essa tributação, isto é, *líquido*.

Há duas razões para acreditar em *o investimento permanecer mais dinâmico* no futuro. Primeiro, *a demanda por habitação permanecerá relativamente estável*, caso os idosos permanecerem morando em suas casas, e as novas famílias criarem demanda por novas construções. Em segundo lugar, *o setor corporativo investirá em capital*, de forma a aumentar a relação capital-trabalho, com o propósito de aumentar a produtividade.



Em termos líquidos, a *poupança financeira* deverá cair mais face ao investimento com a redução da taxa de juros real. Como no caso da inflação, os analistas de mercado não estão precificando muito adequadamente o cenário das taxas de juros nominais: elas estarão *em alta* na próxima década e mais adiante!

Como a onda de populismo e o sucesso dos partidos nacionalistas de extrema-direita demonstraram, a *desigualdade* dentro das economias atingiu níveis críticos. Ocorreu apesar da desigualdade entre as nações ter caído, graças à ascensão da China e Índia.

Goodhart e Pradhan consideram quatro explicações para a tendência de aumento da desigualdade:

1. tendências inelutáveis, apontadas por Piketty (2014) e outros,
2. mudança tecnológica,
3. concentração e poder de monopólio, e
4. globalização e demografia.

A explicação mais fundamental para o aumento da desigualdade pode ser rastreada até o *aumento global da oferta de trabalhadores* – e, portanto, a reversão desse fator demográfico e da globalização também levará a um declínio na desigualdade.

De onde virão os recursos para bancar a longevidade, após a aposentadoria, com gastos médicos extraordinários? Há três alternativas.

A primeira é a *idade de aposentadoria* aumentar para muito mais tarde, com a expectativa de as pessoas no futuro trabalharem no mínimo até os 70 anos.

A segunda alternativa é os trabalhadores financiarem sua própria aposentadoria, economizando mais com a *aplicação de Educação Financeira* para o planejamento de sua vida.

O terceiro canal é o *regime de repartição*: o Estado tributar os trabalhadores ativos e usar os recursos para repassar aos idosos, tanto para assistência médica, quanto para aposentadorias.

Uma questão-chave é como o Estado obterá o equilíbrio socialmente aceitável entre *os impostos previdenciários* mais elevados sobre aqueles trabalhando, na fase ativa, incluindo trabalhadores de todos os níveis de qualificação, gerentes, rentistas e capitalistas, e *a generosidade das pensões*.

Haverá necessidade de “suavizar as taxas de consumo” ao longo da vida. Uma complicação contra essa *atitude anti-consumista* é a idade escolhida para casar e ter filhos ter avançado em muitos países.

Se o(s) filho(s) permanecer(em) em casa de pais até maiores idades, os anos durante os quais os trabalhadores estarão alertados para a necessidade de poupar, devido à breve chegada da aposentadoria, e sem filhos para sustentar, diminuirão bastante.

Uma esperança é *as economias feitas em aluguel*, após o pagamento da aquisição de casa própria, estimada em cerca de 25% a 30% da receita familiar, poderem fazer parte das economias das famílias no futuro. Ainda não se sabe se elas terão a lucidez (ou Educação Financeira) de investir essa parcela para isso dar certo.

*As pensões* aumentarão, em termos reais, em linha com a taxa de crescimento do PIB real. Isto caso a carga fiscal-previdenciária, decorrente das necessidades das pensões, aumentar em linha com o crescimento da relação entre idosos e população total.

Existem duas razões para essa suposição em vez das alíquotas de impostos serem mantidas constantes. Em primeiro lugar, as *pensões dos idosos* têm sido geralmente protegidas, apesar do lento crescimento da produção real nos últimos anos. Em segundo lugar, os idosos representam cada vez mais um importante *bloco eleitoral* e são mais propensos a votar, voluntariamente, em lugar dos jovens, caso não seja compulsório o comparecimento às urnas. Viva a Geração 68 de *babies boomers*!

## História de *O Banqueiro Comunista*

Em um tópico do primeiro artigo publicado pela RBEMF do IE-UFRJ, eu, Fernando Costa, psicografei *O Banqueiro Comunista* e fiz

contraponto para meu colega, *O Banqueiro Anarquista*, criado por meu xará, o grande Fernando Pessoa. Quando a escrevi, essa psicografia homenageou sua obra publicada há um século, em janeiro de 1922, coincidentemente, data de nascimento do meu pai já falecido...

Como senti falta, nos dezesseis livros aqui resenhados, da consideração dos fatores financeiros nos ciclos históricos de longa duração, mesmo por parte dos autores institucionalistas, resolvi relembrar minha humilde história. Afinal, como foram financiadas as conquistas das Américas? Como foram constituídas por ações as Companhias das Índias Orientais e Ocidentais? Como foram feitas as alavancagens financeiras exitosas na Revolução Comercial, na Revolução Industrial e, recentemente, na Revolução Comunista/Consumista do Capitalismo de Estado chinês?

Eu, *O Banqueiro Comunista*, onipresente, atuo como *testemunha ocular* há séculos. Posso contrariar opiniões dedutíveis, teoricamente, mas não embasadas na história real.

Por exemplo, o verbete sobre "banco" na Wikipédia, a maior enciclopédia de todos os tempos, afirma o surgimento das operações bancárias ter sido simultâneo ao surgimento da moeda. Argumenta este fenômeno ter logo criado a necessidade de instituições para a depositar em segurança. Ora, existiam cofres...

A evolução da moeda começa a ser narrada a partir de duas inovações básicas, ocorridas por volta de 2000 a.C. Originalmente, o dinheiro era uma forma de recebimento, representando grãos estocados em celeiros de templos na Suméria, na Mesopotâmia, então o Antigo Egito.

Esse primeiro estágio da moeda, no qual metais eram usados para representar reserva de valor e símbolos para representar mercadorias, formou a base do comércio no Crescente Fértil por mais de 1500 anos. O colapso do sistema comercial do Oriente Próximo, supostamente, teria falhado por se dar em uma Era na qual não havia nenhum lugar onde fosse seguro estocar o valor de reserva.

O valor de um meio circulante seria reconhecido, mais adiante, com as forças defensoras de sua reserva. O comércio via troca de

mercadorias por moeda, em lugar do escambo direto, alcançaria maior credibilidade com o uso da força bruta do Estado.

Os cristãos afirmam ter encontrado no Evangelho a condenação de Jesus aos *emprestadores de dinheiro*. Em seu tempo, havia essa atividade “bancária” institucionalizada?

O nome “banco” nasceu da designação do assento perante a mesa onde eram trocadas as moedas por banqueiros judeus de Florença na época do Renascimento. Em 1406, foi criado aquele considerado o primeiro banco moderno: o *Banco di San Giorgio*, em Gênova.

Se uma boa vida espiritual e uma vida em busca de bons negócios com base em dinheiro fossem inconciliáveis, a narrativa bíblica de Jesus ter ficado furioso ao ter visto mercadores e banqueiros negociando no pátio do templo em Jerusalém seria edificante. Ao tornar-se uma postura dominante, em 1400 anos da Era Cristã, virou anacrônica.

*Anacronismo* consiste em erro cronológico, quando determinados conceitos, objetos, pensamentos, costumes ou eventos são usados para retratar uma época diferente daquela à qual, de fato, são pertinentes. Ele é caracterizado pelo desalinhamento e falta de correspondência entre as particularidades das diferentes épocas, quando fatores próprios de cada tempo são, erroneamente, misturados em uma mesma narrativa.

O ataque cristão contra “a imoralidade do dinheiro” repercute em toda a Idade das Trevas. Esta periodização histórica enfatiza as deteriorações demográfica, cultural e econômica, ocorridas na Europa, em consequência do declínio do Império Romano do Ocidente.

As ideias de “caridade e/ou esmola” e de “preço justo” juntas fazem ser impossível falar em capitalismo ou mesmo em pré-capitalismo em toda a Idade Média até o fim do século XV. Só a partir do século XVII haveria elementos típicos do capitalismo:

1. a abundância de metais preciosos chegados da América após o século XVI;

2. um mercado organizado para transações de valores, mercadorias ou serviços;
3. o surgimento perene de mercado de crédito, títulos de dívida pública e ações.

O rótulo *Idade das Trevas* emprega o tradicional embate visual luz-versus-escuridão para contrastar a “escuridão” deste período com os períodos anteriores e posteriores de “luz”. O Renascimento, nos séculos XIV-XVI, substitui o teocentrismo pelo antropocentrismo e dele surgem o racionalismo, o experimentalismo, o individualismo.

Esse *iluminismo* foi um movimento filosófico e intelectual acontecido entre os séculos XVII e XVIII na Europa. Os pensadores iluministas defendiam as liberdades individuais e o uso da razão para validar o conhecimento.

Também chamado de “Século das Luzes”, o *movimento iluminista* representou a ruptura com o saber eclesiástico, isto é, do domínio exercido pela Igreja Católica sobre o conhecimento. Deu lugar ao saber científico, adquirido por meio da racionalidade.

Na época, o nascente liberalismo digladiava com o mercantilismo estatal. Este era obsessivo em busca de *acumulação de (tes)ouro*.

Havia antes uma relativa escassez de registros históricos e outros escritos, pelo menos para algumas áreas da Europa, tornando a “Era das Trevas”, assim, obscura também para os historiadores. O termo derivou do latim *saeculum obscurum*, originalmente aplicado em 1602, em referência a essa *época regressiva* entre os séculos V e IX.

Uma questão-chave para a historiadores pesquisadores do “*as if*” (“como se” ou “como fosse”) é *se o cristianismo medieval anti-usura teria sido muito influente no atraso do capitalismo financeiro durante séculos*.

Somente no ano de 1450, em Veneza, um frade franciscano publicou o primeiro livro sobre Contabilidade: “*Summa de Arithmetica*”. Esta foi uma invenção propriamente capitalista ao ser capaz de sistematizar a ideia e planejar a alavancagem financeira.

Entretanto, apenas em 1609, na Holanda, *o mercado de ações de companhias abertas* impôs o estabelecimento de um balanço contábil. Passou-se, então, a se preocupar com esse tipo de racionalização crucial para a existência da atividade bancária com avaliação de riscos de devedores e o surgimento da possibilidade de uma *moeda escritural*, submetida às ordens de transferência.

No sistema feudal da Economia da Caridade, o único acontecimento bancário possível de ser comparado aos atuais é a *bancarrota*. Segundo Jacques Le Goff (2014), *faliu a maior parte dos estabelecimentos chamados bancos na Idade Média*.

A função essencial dessas instituições seria reunir informações e administrar os riscos. Sua fonte de lucros residiria em maximizar a diferença entre os custos da soma total dos seus riscos e os ganhos dos seus ativos, sem reduzir as reservas a tal ponto de o banco ficar vulnerável a uma "corrida bancária". Esta seria uma crise de confiança na capacidade do banco de satisfazer os depositantes, provocando retiradas progressivas e, em última instância, a falência, *a bancarrota*: literalmente, *a quebra do banco*.

Levou certo tempo até a ideia de o dinheiro ser, na verdade, *crédito*, e não metais preciosos, ser compreendida em metrópoles exploradoras de colônias com minas. Nem toda a prata e todo o ouro poderia transformar *os reis caloteiros* em um risco de crédito seguro, como perceberam os bancos falidos pelo *calote real*.

No mundo moderno, segundo Niall Ferguson, no primeiro capítulo do livro *A Ascensão do Dinheiro* (2009), o poder iria para os banqueiros (*bankers*), e não para os reis falidos (*bankrupts*). No segundo capítulo, ele defende a hipótese de "depois da criação do *crédito* pelos bancos, o nascimento dos *títulos de dívida pública* foi a segunda grande revolução na ascensão do dinheiro".

Não à toa, esse fenômeno transforma o Tesouro Nacional em *risco soberano*. Isto se seu endividamento é interno, emitido (e pago) em moeda nacional. O endividamento externo ameaça sua soberania.

A maior parte do dinheiro em reserva financeira para a aposentadoria dos trabalhadores acaba sendo investida no *mercado de títulos de dívida pública*. Os governos passam a ser considerados como os mais confiáveis tomadores de empréstimos. Nesse mercado

se estabelece a taxa de juros usada como *custo de oportunidade* para a economia como um todo.

Durante a maior parte dos séculos XIV e XV, as Cidades-Estados medievais da Toscana – Florença, Pisa e Siena – fizeram guerras entre si e com outras cidades italianas. *Essas foram guerras travadas tanto pelo dinheiro quanto pelos homens.*

Em vez de exigir seus próprios cidadãos fazerem o trabalho sujo de lutar, cada cidade contratava empreiteiros militares (*condottieri*). Esses mercenários organizavam exércitos, pagavam em *soldos* (moeda metálica do antigo Império Romano) quem como *soldado* se dispunha a matar ou morrer para anexar as terras e saquear os tesouros das cidades rivais.

De quem os nomeados para governar teriam tomado emprestada essa soma para as guerras? Deles mesmos! Em vez de pagar um Imposto sobre Propriedade, os cidadãos ricos eram obrigados a emprestar dinheiro para o governo da sua própria cidade.

Em troca desses empréstimos forçados, eles recebiam *juros*. Tecnicamente, isso não era *usura*, banida pela Igreja.

Como os empréstimos eram obrigatórios, o pagamento dos juros podia ser reconciliado com a Lei Canônica – de acordo com os *cânones*, as regras eclesiásticas, os dogmas da Igreja – como “compensação para os custos reais ou putativos emergentes do investimento compulsório”. Desse cinismo religioso dos poderosos nasceram os títulos de dívida pública, propiciando os ricos receberem juros em vez de serem *confiscados*.

Quanto ao dinheiro, ou antes, às moedas, o numerário posto a serviço da comunicação entre possuidores de bens era uma expressão da *caridade*. Esmola era considerada um ato misericordioso concedido aos necessitados. Isso jamais os emanciparia.

Bancos emprestadores serviriam de grandes alavancas tanto para o lucro privado, quanto para a arrecadação fiscal. A contabilização do lucro, depois de descontadas as despesas financeiras com pagamento de juros, em relação ao patrimônio total, isto é, o patrimônio líquido mais os passivos de terceiros, indicaria se

ele seria superior à rentabilidade patrimonial original sem o uso de capital de terceiros. Essa ideia-chave – *alavancagem financeira* – seria o *segredo do negócio* desde os primórdios do capitalismo.

Em termos de custo fiscal e orçamentos governamentais, por exemplo, bancos públicos poderiam ajudar a tirar o atraso ao “fazer mais por menos”. Seriam muitas vezes mais, se comparasse o valor em dinheiro necessário para executar diretamente políticas públicas com a mesma quantidade de recursos capitalizados nesses bancos para fazer empréstimos indiretos e captar depósitos da consequente multiplicação monetária.

O Capitalismo de Estado da China soube usar muito bem esse mecanismo para seu grande desenvolvimento recente. O Capitalismo de Mercado do Ocidente sempre sofreu o pudor evangélico em torno da pregação de necessidade da parcimônia virtuosa prévia ao crédito.

Lidar bem com dinheiro não depende de fé, mas sim de acreditar ele não ser nem castigo nem recompensa divinos. *É ciência aprendida com paciência*. Conceder crédito em dinheiro significa o credor confiar no projeto do devedor ser capaz de o reembolsar, pagando-lhe o custo de oportunidade de usar o dinheiro em seu lugar.

O nascimento da *sociedade por ações* se deu durante a *revolução financeira* na Holanda, quase dois séculos antes da *revolução industrial* inglesa, essa ocorrida no fim do século XVIII, aquela no início do XVII. Ela partiu de uma ideia-chave do capitalismo: *usar dinheiro de outras pessoas em benefício do próprio empreendimento*.

Conseguir associados propiciaria um *ganho ao fundador*. Ele condicionaria a manutenção de sua gestão ao conceder participação acionária em seu negócio, tendo como contrapartida a divisão de lucros ou eventuais prejuízos.

Com essa capitalização prévia, obteria a condição para *alavancagem financeira* com dívida. Aumentaria a rentabilidade patrimonial do capital próprio com o uso de capital de terceiros para elevação da escala do negócio.



O devedor assumiria o risco de a rentabilidade esperada não se confirmar e ficar abaixo dos juros do crédito contratado. Para compensar o *risco da inadimplência*, o credor solicitaria, em geral, uma garantia patrimonial como *colateral do empréstimo*.

Essa ideia de *multiplicação monetária e da renda* substituiu a ideia anacrônica, anterior à existência de *um sistema bancário com sua rede de agências*, ampliada após a II Guerra Mundial, inclusive as virtuais ou digitais: via *parcimônia* (ou *poupança*) colocar somente o rendimento excedente de volta para o próprio negócio. O *autofinanciamento* não permitiria o ganho de escala necessário e o dinamismo econômico possível com o uso de financiamentos bancários.

A conquista das Américas visou a expropriação da riqueza metálica existente e a exploração do comércio de escravos, para estes criarem riqueza agrícola nova em benefício de seus senhores de origem europeia. O crédito, seja de origem privada dos mercadores, seja de origem monárquica, foi decisivo para todas essas empreitadas criadoras do capitalismo.

Relacionou credores e empreendedores motivados por ganhar mais dinheiro e dispostos a compartilhar parte da maior rentabilidade. Os conquistadores tinham as iniciativas particulares de usarem tecnologias de navegação e outros conhecimentos para a colonização, mas para isso necessitavam se endividar.

Depois de realizado o “sonho americano” por alguns *self-made men*, os louvadores de O Mercado passaram a tratá-lo como um *ser sobrenatural*, porque estaria *onipresente* em todas as relações humanas, estando nele incrustada a sociedade. No desejado por eles, tudo é precificado.

Assim, quem nele se enriquecer torna-se *onipotente*. Pode comprar tudo e todos. Glória máxima a O Mercado como um Deus, aleluia, é Ele um ser também *onisciente*. Sabe tudo!

Nesse sentido, seguindo a seta do tempo, seus representantes videntes adivinham o futuro e o antecipam apresentando senão uma certeza, pelo menos uma confiança absoluta. Demonstram-na em todas as profecias de início de ano.

Infelizmente, em todos os anos, choques aleatórios e exógenos a O Mercado, pelos quais obviamente Ele não é culpado, não permitem suas confirmações. Isso escapa à sua *onipotência*. Há uma contradição lógica entre essa e a *onisciência*.

Os crentes não percebem sua *ambiguidade*, isto é, o fato de uma realidade, pessoa ou sociedade se apresentar sob o aspecto de duas verdades diferentes ou contrárias, ou mesmo duas faces. Ninguém sabe qual é a verdadeira. O *senso da ambiguidade* é perceber o ser humano e a sociedade humana trazer, em si, o melhor e o pior.

Quando um processo apresenta dois aspectos de valores diferentes e às vezes contrários, é *ambivalente*. Por exemplo, o capitalismo explora a força do trabalho.

No entanto, a barganha sindical dos salários e os direitos trabalhistas foram uma conquista social. Não eram disponíveis aos escravos ou aos servos feudais.

Outro exemplo também dado por O Banqueiro Comunista: a *globalização* consagra a hegemonia de O Mercado em escala planetária. No entanto, permite a retomada da prosperidade na Ásia, perdida há séculos, e tira milhares da miséria na China e na Índia.

A inadequação, sentida por economistas, se dá entre seus saberes especializados, compartimentados entre disciplinas, e entre os problemas multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. A divisão das disciplinas lhes torna quase incapazes de apreender a complexidade global. Emerge das interações e retroações entre os processos econômicos, políticos, religiosos, demográficos, científicos, técnicos etc.

Os especialistas de O Mercado têm o pensamento muito compartimentado. Os economistas-chefe, ao enxergarem apenas a *dimensão econômico-financeira*, encontram muita dificuldade para entender as relações entre ela e as demais dimensões da vida – e, no limite, do universo.

O conhecimento pertinente é capaz de situar todas as informações em contexto político, social, psicológico e científico de maneira geral. Concebe simultaneamente a *retroação* – um fenômeno

circular, no qual o próprio efeito atua sobre a causa – e a *recursão* – um processo no qual os efeitos retroalimentam suas causas.

Ao separar sua área de atividade, economistas parcializam a complexidade do mundo e diminuem as chances de compreensão e reflexão. Daí a incapacidade para analisar a *crise sistêmica*, na qual insere a Nação, como faz O Banqueiro Comunista.

## Dicas de Edição Digital

Edição de texto, artigo ou livro, para leitura em tablete (iPad), se torna cada vez mais comum. Com a experiência de ter editado cerca de 90 livros digitais de própria autoria ou de traduções, sistematizo abaixo meu método de trabalho em edição. Talvez possa ser útil para meus colegas ou alunos, senão para os leitores em geral.

Vou fazê-lo de maneira esquemática, justamente, para levar em conta **o objetivo número 1**: *facilitar a leitura digital, distinta da realizada em impressos, porque não deve haver "economia de papel"*. Quanto mais espaçoso e sistemático o formato do texto, mais facilitada será a leitura sem a aglomeração da diagramação tradicional.

Vamos na ordem do passo-a-passo.

CAPA: uso a criatividade em cima dos modelos do <https://www.canva.com/>

LETRA: Verdana com tamanho da fonte 12

SUMÁRIO: uso títulos selecionados no topo da Página Inicial do Word na ordem de capítulos (1), tópicos (2), subtópicos (3), etc. Em *Referências*, escolha o tipo de *Sumário* e, automaticamente, com o cursor na página onde deseja o colocar, ele aparecerá com *hiperlinks*. Para manter essas ligações em pdf, o macete é abrir o Word em Pages (no iMac) e depois salvar este em pdf. Ao salvar diretamente do Word ele perde as ligações no pdf.

ESPAÇAMENTO ENTRE PARÁGRAFOS: *Layout* – Antes 12 pt

ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS: *Opções* – 1,15 pt

FORMATO DE PARÁGRAFO: Justificado (reto à direita e à esquerda)

TAB: no início dos parágrafos, como padrão, coloco o marcador superior na régua em 1,25

TÍTULOS: seja em livros, seja em capítulos ou tópicos, ou mesmo slides de aula em ppt, *jamais usar artigo definido (O/A)*; imagine a concentração na catalogação bibliográfica em ordem alfabética.

**ENUMERAÇÃO:** usar números ou pontos com uma frase (ou no máximo duas) em cada qual.

**PARÁGRAFOS:** mais curtos, preferencialmente, com apenas duas frases referentes à mesma ideia. O macete para isso está em seguida.

**ESTILO:**

**Evite o “queísmo”.** Faça um exercício: pesquise no documento “que” e assinale em amarelo com a “caneta” acima no Word. Espantoso, não? Ao eliminar todos os “que”, você habituará a escrever sem os usar (e abusar).

Sem “que”, seu texto permitirá uma *leitura fluída*. Substituirá sucessivas orações explicativas por frases curtas.

Verá ser possível fazê-lo com *a mudança do tempo verbal* (presente, pretérito e futuro) ou deixando o verbo no *infinitivo*. Este é uma das três formas nominais do verbo, sendo aquela com a qual verbo se apresenta naturalmente, sem qualquer conjugação.

**Dica:** “que” muitas vezes pode ser substituído por “capaz de”.

### **Vícios de linguagem possíveis de se eliminar:**

- de forma que...
- isso significa que...
- considero que...
- vejo que...
- tenho certeza que...
- acho que...
- gostei que...
- para mim, como aluno,...
- na minha visão...
- “em que”: substitua por “onde” ou “quando”

- “já que”: substitua por “porque”
- “Já” em início de frase virou vício de má escrita em jornalismo
- “a curto prazo / a longo prazo”: substitua por “em curto prazo” e “em longo prazo”
- Jamais use “a nível de...”: substitua por “em nível”
- Jamais use “num / numa”: substitua por “em um(a)”
- Jamais use “final de...”, pois não existe a contrapartida “inicial de”...; troque por “fim de...”

**Evite o uso de gerúndios**, ou seja, o verbo formado com o sufixo *-ndo*, por exemplo, falando, correndo, dormindo, estando, sendo, pondo, saindo, etc.

*Gerúndio* é a forma nominal do verbo capaz de indicar continuidade. Mostra o desenvolvimento de uma ação em andamento ou duradoura.

O *gerúndio* não flexiona e pode desempenhar a função de *advérbio*. Isso acontece quando ele exprime *modo*.

**Particípio**: forma nominal do verbo com características tanto *verbais* (tempo, modo e aspecto) quanto *nominais* (gênero e número). Alguns verbos têm dois particípios, por exemplo, *gastar*: *gastado* e *gasto*. Em geral, é antecipado por vírgula por ser explicativo.

**Nomes Próprios**: sempre com letra inicial em **Maiúscula**, por exemplo, Ciência Econômica. *Economia* com primeira letra em maiúscula: quando é empregada como nome próprio da disciplina; *economia* em minúscula: referência à atividade.

**Use em uma resenha a primeira pessoa do singular**. Você é o autor a afirmar seu posicionamento a respeito do assunto tratado.

**Trabalho técnico exige o protocolo formal**: evite siglas e coloque os nomes próprios em maiúscula, por exemplo, Métodos de Análise Econômica V. Em texto técnico, evite a enumeração matemática. Escreva três em lugar de 3.

**Expressões em outra língua:** destaque em itálicos, por exemplo, *mainstream*, *trade-off*, *crowding-out*, *players*, *policy-makers* etc.

## Bibliografia

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Porque As Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

BROTTON, Jerry. *Uma História do Mundo em Doze Mapas*. Rio de Janeiro: Zahar; 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. *O Banqueiro Comunista*. Revista Brasileira de Economia Monetária e Financeira. Rio de Janeiro: IE-UFRJ; Volume 1, Número 1; agosto de 2022.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas*. Rio de Janeiro: Record; 2001.

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: volume 1 - Uma História dos Costumes; volume 2 - Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar; 1995.

FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro: a História Financeira do Mundo*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

GALOR, Oded. *A Jornada da Humanidade*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2022.

GOODHART, Charles e PRADHAN, Manoj. *The Great Demographic Reversal: Ageing Societies, Waning Inequality, and an Inflation Revival*. London: Palgrave-MacMillan; 2020.

GREENBLATT, Stephen. *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*. São Paulo: Editora L&PM; 2015.



KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômico e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus; 1989.

KOLBERT, Elizabeth. *A Sexta Extinção: Uma História Não Natural*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca; original de 2014.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro: Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PINKER, Steve. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza*. São Paulo: Companhia das Letras; 2017. 1088 p.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (organizadores). *História da Cidadania*. 6a. ed.. São Paulo: Contexto; 2013.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Era*. Rio de Janeiro: Editora Campus; 2000.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Civilização e Inovação: Porque a Revolução Industrial foi um Fenômeno Dependente de uma Trajetória Civilizacional*. Campinas: UNICAMP - TDIE 410; maio de 2021.

SENNETT, Richard. *O Artífice [The Craftsman; 2008]*. 5ª. Edição Rio de Janeiro: Record; 2015.

STANDAGE, Tom. *Uma História Comestível da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar; 2010.

## Obras Digitais do Autor para Download

- Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023
- Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022
- Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Tradução de Grande Reversão Demográfica*. julho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.
- Fernando Nogueira da Costa – *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Resumo da Tese de Elisa Kluger: Meritocracia de Laços*. março 2022.
- Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022
- Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021
- Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade*. dez 2021
- Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista*. nov 2021
- Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade*. out 2021
- Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou – *Motor da Desigualdade*. 2021
- Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilingue do original publicado em 2001.
- Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia segundo Schumpeter*. setembro 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021
- Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

- Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. julho 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021
- Thomas Piketty e outros. *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura. março 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida pelo IE-UNICAMP em 1994 e reeditada em março de 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.
- Fernando Nogueira da Costa. Tradução Resumida de: John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. Blog Cidadania & Cultura; fevereiro de 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. Blog Cidadania & Cultura; janeiro de 2021
- Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. Blog Cidadania & Cultura; dezembro de 2020
- Fernando Nogueira da Costa. Tradução Resumida de: *História de Wall Street*. Blog Cidadania & Cultura; novembro de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Golpe Econômico: Locaute ou Nocaute da Economia Brasileira*. agosto de 2020
- Fernando Nogueira da Costa – *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020
- Fernando Nogueira da Costa – *Grande Depressão Deflacionária*. junho de 2020
- Fernando Nogueira da Costa – *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020
- RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho de 2020.
- RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa – *Capital e Dívida – Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.) – *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020

Fernando Nogueira da Costa – *Economia Monetária e Financeira* 2a. Edição Revista janeiro de 2020

Fernando Nogueira da Costa – *Economia em 10 Lições* – 2a. Edição fevereiro de 2020

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclo – Intervalo entre Crises*. 2019

*A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro*. 2019

Fernando Nogueira da Costa – *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa – *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais* – 2019

Fernando Nogueira da Costa – *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos Públicos no Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*